



Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica
SEMPLA



Natal/RN
2004

Prefeito

Carlos Eduardo Nunes Alves

Secretário do Gabinete do Prefeito

Paulo César M. de Oliveira Júnior

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica

Geraldo dos Santos Queiroz

Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Finanças

João Felipe da Trindade

Secretário Municipal de Tributação

Maria Gorete de Araújo Cavalcante

Procurador Geral do Município

Flávio de Almeida Oliveira

Controlador Geral do Município

Walda Felix da Silva Souza

Secretário Municipal de Educação

Justina Iva de Araújo Silva

Secretário Municipal de Saúde

Maria Aparecida de França Gomes

Secretário Municipal de Trabalho e Assistência Social

Andréa Ramalho Pereira de Araújo Alves

Secretário Municipal de Desenvolvimento Comunitário

Arnaldo Saint-Brisson Assunção Ramos

Secretário Municipal de Comércio Indústria e Turismo

Vilma Queiroz Sampaio Fernandes de Oliveira

Secretário Municipal de Transporte e Trânsito Urbano

Elequicina Maria dos Santos

Secretário Especial de Meio Ambiente e Urbanismo

Ana Miriam Machado da Silva Freitas

Secretário Municipal de Serviços Urbanos

Marilene Rodrigues Dantas

Secretário Municipal de Obras e Viação

Damião Rodrigues Pita

Secretário Especial de Esportes e Lazer

Tertuliano Cabral Pinheiro

Presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes

Rinaldo Claudino de Barros

Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal

Urbano Medeiros Lima

Presidente da Companhia de Serviços Urbanos de Natal

Sérgio Bezerra Pinheiro

Secretário da Assessoria de Assuntos Especiais

Antônio Nunes de Araújo

Secretário da Assessoria de Comunicação Social

Hewerton Santos Freitas

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica

Secretário

Geraldo dos Santos Queiroz

Secretário Adjunto

Virgínia Maria Dantas de Araújo

Assessor Técnico

Luiz Wilson Vilar Ramalho Cavalcanti

Chefe do Departamento de Planejamento Estratégico

Francisco Maximiano Bezerra

Chefe do Departamento de Desenvolvimento Institucional

Francisco Eduardo da Costa Junior

Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas

Rose Aimée Araújo Barros Xavier

Chefe do Departamento de Informática

Giovanni Gomes de Araújo

Chefe do Setor de Estatística e Informações

Arimá Viana Barroso

EQUIPE DE ELABORAÇÃO FINAL

Virgínia Maria Dantas de Araújo - Coordenação

Arimá Viana Barroso

Francisco Maximiano Bezerra

Luiz Wilson Vilar Ramalho Cavalcanti

Rose Aimée Araújo Barros Xavier

CONSULTORIA

Mardone Cavalcante França - Certus Pesquisa e Consultoria

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Arimá Viana Barroso

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Gildete Moura de Figueirêdo

CAPA

Ziltamir S. Soares de Maria

Catologação na fonte: *Gildete Moura de Figueirêdo – CRB 4/319*

Natal (RN). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica - SEMPLA. Natal diretrizes e estratégias para uma cidade saudável: plano integrado de ações municipais. Natal: SEMPLA, 2004. 81p.

1. Natal (RN) – Planejamento estratégico. 2. Planejamento estratégico – Natal (RN). I. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica - SEMPLA. II. Título.

CDU 352.07(083.92) (813.2)

© Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica - SEMPLA

Todos os direitos desta edição reservados à Prefeitura Municipal do Natal.
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica - SEMPLA
Rua Dr. Ewerton Cortez, 1432 - Tirol 59 020 - 620 Natal/RN
Telefone (084) 232 - 4900 Fax (084) 232 - 4909
www.natal.rn.gov.br/sempla

Lista de Figuras

- Figura 01 - Mapa do Rio Grande do Norte com o Município de Natal p.22
 Figura 02 - Mapa de Natal com divisões por bairro e região administrativa p.23
 Figura 03 - Mapa de Natal com as Zonas de Proteção Ambiental p.25
 Figura 04 - Mapa da Região Metropolitana de Natal p.27
 Figura 05 - Gráfico da evolução do crescimento da população de Natal no período 1872-2000 e projeção da população em 2005 e 2015 p.29
 Figura 06 - Gráfico da distribuição da população por faixa etária e por região administrativa dentro de cada faixa etária - Natal - 2000 p.31
 Figura 07 - Mapa da distribuição espacial por bairro da taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade - Natal - 2000 p.33
 Figura 08 - Mapa da distribuição espacial por bairro do percentual de domicílios sem esgotamento sanitário p.39
 Figura 09 - Mapa dos principais eixos da malha viária de Natal p.44
 Figura 10 - Gráfico da Evolução do Produto Interno Bruto - PIB de Natal e do Estado, no período 1970 - 1996 p.47

Lista de Tabelas

- Tabela 01 - Distribuição da população por região administrativa e faixa etária - Natal - 2000 p.31
 Tabela 02 - Taxa de analfabetismo por região administrativa e faixa etária - Natal - 2000 p.33
 Tabela 03 - Rede Municipal de serviços ambulatorial e de pronto atendimento - Natal - 2004 p.35
 Tabela 04 - Expansão do Programa Saúde da Família - PSF - Natal - 2004 p.36
 Tabela 05 - Número de assentamentos subnormais (favelas), população e número de habitações, segundo a região administrativa - Natal - 2003 p.38
 Tabela 06 - Receita arrecadada no município de Natal, segundo a natureza, no período 1999/2001 p.47
 Tabela 07 - Fluxo Turístico na Grande Natal - 1999/2003 p.48
 Tabela 08 - Equipamentos Turísticos em Natal - 2002 p.49
 Tabela 09 - Empregos gerados pelos Equipamentos Turísticos em Natal - 2002 p.49
 Tabela 10 - Receita Turística na Grande Natal no período 1999 - 2003 p.49
 Tabela 11 - Pessoal ocupado, segundo o setor de atividade econômica do trabalho principal - Natal - 1999 p.50
 Tabela 12 - Distribuição dos desempregados na Região Metropolitana do Natal, segundo o nível de instrução p.51
 Tabela 13 - Distribuição dos desempregados na Região Metropolitana de Natal, segundo a faixa etária - 1999 p.51

Lista de Siglas

- ABIPTI** Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
AEIS Áreas Especiais de Interesse Social
ANIP Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos
ARSBAN Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Natal
ASCAMAR Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis
ASTRAS Associação dos Agentes Trabalhadores em Reciclagem e Compostagem do Aterro Sanitário
CAERN Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CAPEX Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBTU Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CEF Caixa Econômica Federal
CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
CGM Controladoria Geral do Município
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMCIT Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia
CT&I Ciência Inovação e Tecnologia
CTGAS Centro de Tecnologia do Gás
DETRAN/RN Departamento de Trânsito do Rio Grande do Norte
DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
ETHBR Escola de Turismo e Hotelaria Barreira Roxa
FACEN Faculdade de Ciências Empresariais e Estudos Costeiros de Natal
FACITEC Fundo Municipal de Apoio à Ciência e Tecnologia
FAL Faculdade de Natal
FARN Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
FACEX Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte
FCC Faculdade Câmara Cascudo
FNUAP Fundo das Nações Unidas para a População
FPM Fundo de Participação dos Municípios
FUNCARTE Fundação Cultural Capitanias das Artes
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAPES Instituto Brasil de Pesquisa e Ensino Superior
ICMS Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEMA Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MCT Ministério da Ciência e Tecnologia
OMS Organização Mundial da Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
PAR Programa de Arrendamento Residencial
PGM Procuradoria Geral do Município
PIB Produto Interno Bruto
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA Plano Plurianual
PPGAU Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PROESF Projeto de Extensão do Programa Saúde da Família
PSF Programa Saúde da Família
PSH Programa de Subsídio à Habitação (PSH)
RMN Região Metropolitana de Natal
RNP Rede Nacional de Pesquisa
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTUR Secretaria Especial de Comércio, Indústria e Turismo
SEGAP Secretaria do Gabinete do Prefeito
SEL Secretaria Especial de Esporte e Lazer
SEMAF Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Finanças
SEMOV Secretaria Municipal de Obras e Viação
SEMPLA Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica
SEMSUR Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SEMTAS Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SEMURB Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo
SEMUT Secretaria Municipal de Tributação
SETURN Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros do Município de Natal
SMDC Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário
SME Secretaria Municipal de Educação
SMS Secretaria Municipal de Saúde
SOCINFO Sociedade da Informação
STTU Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito Urbano
SUS Sistema Único de Saúde
TIC Tecnologias da Informação e Comunicação
UERN Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Criança
UNP Universidade Potiguar
URBANA Companhia de Serviços Urbanos de Natal
ZPA Zona de Proteção Ambiental

Sumário



4	<i>Lista de Figuras</i> <i>Lista de Tabelas</i> <i>Lista de Siglas</i>
6	APRESENTAÇÃO
7	INTRODUÇÃO
13	CIDADE SAUDÁVEL Visão Geral 13 Natal - Uma Cidade Saudável 17
21	PERFIL DA CIDADE DO NATAL Localização e Aspectos Geomorfológicos 21 Aspectos da Administração dos Espaços Urbano e Regional 22 Demografia 28 Dinâmica Social e Geografia Humana 32 Exclusão Social e Segregação Espacial 40 Dinâmica Econômica 46
56	PROGRAMAS Educação Cidadã 57 Vida Saudável 58 Convivência Cidadã 59 Desenho da Cidade 60 Cidade Saneada 62 Crescendo com Cidadania 64 Cidade Segura 65 Mobilidade Urbana 67 Valorizando a Cultura 69 Cidade Receptiva 70 Ampliando Oportunidades 72 Administração Integrada 73
75	EXECUÇÃO DO PLANO
77	<i>Referências Bibliográficas</i>
78	<i>Bibliografia Consultada</i>
80	<i>Equipe de Elaboração do Plano</i>

Apresentação



É com satisfação que apresentamos **Natal – Diretrizes e Estratégias para uma Cidade Saudável**, Plano Integrado de Ações Municipais elaborado com a participação dos diversos órgãos que compõem a Prefeitura do Natal. O plano constitui-se de 12 grandes programas que surgiram da discussão das formas de intervenção governamental e do intercâmbio de informações entre Secretários e Técnicos com base em material produzido sobre a realidade do município, elaborado por estudiosos ou discutido em fóruns deliberativos qualificados, com representação da sociedade civil organizada.

O presente plano tem como elemento norteador o movimento por Cidades Saudáveis, que prevê a busca do desenvolvimento sustentável a partir do compromisso com políticas públicas que garantam a qualidade de vida da população, nas quais o governo deve se envolver como um todo. Atenta-se para o fato de que num projeto de cidade saudável há necessidade de políticas integradas, o que significa mudar o processo de trabalho, mudar o planejamento, mudar a forma de gestão.

Esta mudança na forma de gestão requer um esforço de trabalho interdisciplinar e intersetorial e significa assumir uma perspectiva que leve em conta as relações de reciprocidade, de cooperação, que garantam o redimensionamento da responsabilidade dos diversos agentes no município.

A lógica da Cidade Saudável supõe a articulação de planos e programas e o compartilhamento de informações, e apresenta-se sobretudo mais permeável à participação do cidadão, tanto no planejamento quanto na avaliação das ações.

Portanto, com este instrumento estratégico e atentos aos novos direcionamentos do planejamento da cidade, estamos prontos a dar continuidade ao trabalho de consolidar a solução de graves problemas que preocupam a cidade do Natal.

Carlos Eduardo Nunes Alves
Prefeito de Natal

Introdução



A elaboração deste Plano Integrado de Ações Municipais é consequência de um processo de estudos iniciado em fevereiro de 2003, quando, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica-SEMPLA, começou-se a discutir no âmbito da Prefeitura do Natal a integração de ações nas áreas de educação, saúde, trabalho e assistência social. Constituía-se prioridade da administração o trabalho integrado na área social.

Envolvendo primeiramente as Secretarias Municipais de Trabalho e Assistência Social, Saúde e Educação, o grupo foi ampliado a partir da constatação compartilhada de que os princípios da importante e necessária interdisciplinaridade do conhecimento devem estar presentes na prática cotidiana das instituições públicas. Por isso, assumindo uma característica intersetorial, o trabalho teve continuidade com a incorporação de todas as secretarias e órgãos municipais, que passaram a se reunir quinzenalmente na SEMPLA.

Definiu-se como estratégia de trabalho o conhecimento dos planos setoriais das várias secretarias, dos programas multisetoriais e projetos prioritários da administração municipal, de maneira a ensejar a discussão das formas de intervenção e o intercâmbio de informações e procedimentos entre Secretários e técnicos vinculados à área de planejamento dos diversos órgãos municipais. Com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre a realidade de Natal e de sua região metropolitana e enriquecer o trabalho desenvolvido no âmbito da administração pública municipal, foram também convidados para discussão com o grupo estudiosos e especialistas vinculados a outras instituições, que apresentaram resultados de pesquisa versando sobre temas relacionados com a realidade local e regional.

Com este direcionamento, foram discutidos, dentre outros, o Plano Municipal de Saúde, as Políticas Estratégicas Educacionais para Natal, a Política Cultural e Lei de Incentivo à Cultura, o projeto do Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal, a Recuperação Ambiental da área de destinação do lixo em Cidade Nova, o Novo Código de Obras do Município e sua relação com o Plano Diretor e Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica do Município e os projetos Ribeira, Cidadão e Passo da Pátria, caracterizados os dois últimos como um conjunto de ações integradas, destinadas à melhoria das condições de vida da população de baixa renda na Favela da África, na Região Norte, e no Passo da Pátria, na Região Leste, com ações de legalização fundiária, urbanização, saneamento ambiental e construção e melhoria de unidades habitacionais.

Esta prática ensejou o fortalecimento dos laços institucionais e o trabalho articulado passou a fluir com mais desenvoltura nas intervenções municipais.

A partir dos estudos e discussões realizados em 2003, num total de 23 encontros, achou-se oportuno dotar a administração municipal de um instrumento estratégico que reunisse as diretrizes dos diversos planos setoriais e expressasse as políticas orientadas ao desenvolvimento da cidade, tanto as já assumidas e em processo de construção no presente, como aquelas que se vislumbravam para o futuro. Assim surgiu a idéia da elaboração do Plano Integrado de Ações Municipais.

Outras duas atividades foram promovidas pela SEMPLA, dando continuidade ao processo de estudo e consolidação do plano.

A primeira, o Seminário de Atualização em Planejamento, considerado de fundamental importância para o aprofundamento de questões conceituais e metodológicas sobre planejamento e modelos de desenvolvimento, foi realizada em novembro de 2003 com a participação de aproximadamente 40 técnicos.

A segunda, em abril de 2004, reunindo o Chefe do Executivo, secretários e técnicos municipais e especialistas convidados, no total de 60 pessoas, foi a Oficina de Elaboração do Plano Integrado de Ações Municipais, realizada no CTGás. Nesta oficina foram identificados os grandes desafios/problemas da cidade, com as respectivas propostas de solução. Posteriormente, o trabalho foi aprofundado e aperfeiçoado através de reuniões realizadas na SEMPLA.

A montagem da Oficina teve como princípio norteador o movimento por Cidades Saudáveis, que prevê a busca do desenvolvimento sustentável a partir do compromisso do município com políticas públicas que garantam a qualidade de vida da população, assumindo a interdisciplinaridade e a intersetorialidade como fundamentos da prática governamental e requerendo a participação da sociedade na gestão da cidade através de procedimentos democráticos de descentralização e do estabelecimento de uma rede de parcerias.

A escolha deste referencial veio ao encontro de muitas ações que já estavam sendo concretizadas pela administração municipal com esses direcionamentos, o que tornava exequível o plano e viabilizava o aprofundamento, aperfeiçoamento e consolidação de ações em desenvolvimento e a definição de novos programas e linhas programáticas. Exemplos dessa postura administrativa podem ser relacionados:

- 1) realização, em dezembro de 2002, do seminário Estatuto e Gestão Democrática da Cidade, com a participação da administração municipal, Prefeituras da Região Metropolitana de Natal, órgãos públicos federais, estaduais e organizações da sociedade civil, quando foram analisados temas

sobre a realidade do município, vistos sob a ótica do desenvolvimento sustentável. No posicionamento do Executivo Municipal, na abertura do evento, ficava claro que “ao propor à sociedade, a partir de hoje, uma reflexão sobre o futuro da cidade, a Prefeitura do Natal abre campo para uma nova concepção de administrar e planejar nosso espaço urbano, em face dos recentes papéis que estão sendo impostos à administração pública, seja pela atual conjuntura do país, pelo crescimento das desigualdades e da exclusão social ou até mesmo pela própria reestruturação do estado brasileiro”. E convocando toda a sociedade a tornar-se parceira no processo de gestão da cidade, também deixava claro que “compartilhar a gestão pública da cidade não significa que a Prefeitura abra mão do seu papel. O executivo municipal tem clara, como sua, a responsabilidade pela formulação, implantação e avaliação permanente da política urbana, cujo objetivo é garantir a todos o direito à cidade e à justa distribuição dos benefícios advindos do seu processo de valorização como sítio comum”;

2) o Plano Municipal de Saúde, elaborado com a participação de instituições representativas da sociedade, estabelecia diretrizes em defesa da *Cidade Saudável*, em consonância com os preceitos definidos pela Organização Mundial de Saúde - OMS. Sua implementação tem sido marcada pela valorização da parceria e do processo de negociação, com os seguintes resultados: a) redução da taxa de mortalidade infantil, passando de 23,7 por mil nascidos vivos em 2002 para 15,8 em 2003; b) expansão do Programa Saúde da Família, passando de 4 unidades e 19 equipes no ano de 2000 para 32 unidades e 101 equipes em junho de 2004; c) estruturação do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências, considerado como modelo de implantação bem sucedido no país; d) implantação em 2003 do sistema de incineração do lixo hospitalar, contando-se com a adesão dos hospitais e clínicas particulares e unidades públicas de saúde, com a supervisão e fiscalização da equipe de Vigilância Sanitária do município;

3) instalação e operacionalização do ATERRO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, a partir de junho de 2004, consolidando uma solução definitiva e de largo alcance para a cidade na área ambiental e possibilitando beneficiar também outros municípios, com modernos e inovadores procedimentos de tratamento dos resíduos sólidos. O aterro está localizado no distrito de Massaranduba, município de Ceará Mirim;

4) ampliação dos mecanismos de participação democrática com a realização, dentre outras, das seguintes ações: realização da I Conferência da Cidade em agosto de 2003 e das conferências municipais de Saúde, agosto de 2003, Saneamento Básico, novembro de 2003, Cultura, junho de 2004, Assistência

Social, setembro de 2003, Segurança Alimentar, fevereiro de 2004, e Mulheres e Minorias, maio de 2004; valorização e fortalecimento dos Conselhos Municipais como instâncias formais de participação da sociedade; audiências do Poder Executivo Municipal com a comunidade, para conhecimento de problemas dos diversos bairros e levantamento de alternativas de solução, dentro do Programa Nosso Bairro Cidadão; instalação da Mesa Municipal Permanente de Negociação do SUS (Sistema Único de Saúde), em junho de 2004, com a participação de gestores, profissionais e representantes de centrais sindicais; incentivo à organização da sociedade civil, resultando de forma pioneira na criação da primeira Associação de Usuários de Serviços de Saneamento Ambiental abrangendo os bairros de Pitimbu e Planalto, em julho de 2004; discussão com setores representativos da sociedade dos instrumentos normativos do planejamento urbano, consolidando o novo Código de Obras do Município, instituído pela Lei Complementar nº 055, de 27 de janeiro de 2004. Também estão sendo discutidos com a sociedade, com o objetivo de proceder à sua atualização, o Plano Diretor e a legislação ambiental do Município;

5) elaboração e implementação de projetos multi-setoriais integrados, desenvolvidos de forma participativa, a partir de demandas discutidas pela administração municipal com a comunidade. Podem ser citados: PASSO DA PÁTRIA, na Região Leste, PRONORTE e PROJETO CIDADÃO, na Região Norte. O primeiro, em fase de execução, beneficiará 920 famílias das localidades Passo da Pátria, Areado e Pantanal, estando prevista, além das ações de legalização fundiária, obras de urbanização e saneamento ambiental, instalação de equipamentos sociais e construção e melhoria de 724 unidades habitacionais. O financiamento do projeto, da ordem de R\$ 10 milhões e 945 mil, envolve recursos dos governos federal e municipal. No âmbito do PRONORTE, diversas ações vêm sendo executadas com recursos próprios e em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para atendimento às demandas da população, destacando-se as obras concluídas de urbanização da Praia da Redinha e da Avenida Itapetinga, no bairro Potengi, e construção do Terminal de Integração de Soledade. Em junho de 2004 foi firmado convênio com a Caixa Econômica Federal, com vistas à elaboração do projeto de saneamento ambiental da Favela da África, previsto no PROJETO CIDADÃO;

6) formulação integrada da política educacional do município a partir da articulação de diretrizes voltadas para a universalização do ensino, valorização do magistério, redução do analfabetismo, descentralização da gestão educacional e fortalecimento da escola, viabilizando: a) a oferta de 7.568 novas vagas na Rede Municipal de Ensino em função da expansão da rede física,

com a construção de dez escolas e dois centros de educação infantil; b) a alfabetização de 13 mil adultos através do Programa Geração Cidadã; c) a ampliação do atendimento a crianças de 04 a 06 anos através do Programa Pré Escola para Todos, em parceria com instituições privadas e filantrópicas; d) a ampliação das condições de aprendizagem para alunos e professores de 20 escolas municipais, com a implantação do Projeto Internet nas Escolas, objeto de convênio firmado em junho de 2004 com o Instituto TELEMAR; e) o atendimento a 1.600 profissionais do magistério em programas de formação continuada; f) a implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na definição de prioridades para aplicação dos recursos destinados à escola; g) a nomeação de 738 professores de nível superior, aprovados em concurso público; h) o encaminhamento ao Poder Legislativo do Plano de Cargo, Remuneração e Estatuto do Magistério Público Municipal, em que se prevê a implantação gradual do regime de tempo integral para o professor, e do Plano Municipal de Educação para o decênio 2003 - 2013;

7) preocupação com o meio ambiente, sua preservação e recuperação de áreas degradadas, refletida nas seguintes ações: a) convênio firmado com a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP) em março de 2003, com o objetivo de viabilizar a destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis, recolhidos no âmbito do município. Segundo dados registrados pela Secretaria Municipal de Saúde, mais de 300 mil pneus foram repassados à ANIP em 2003, coletados através do Programa Municipal de Combate ao Dengue, contribuindo, juntamente com outras medidas saneadoras na área de saúde, para a redução de casos notificados, passando de 2.850 no primeiro trimestre de 2003 para 302 no primeiro trimestre de 2004; b) desenvolvimento do Projeto de Recuperação Ambiental da Área de Destinação Final dos Resíduos Sólidos da Cidade do Natal, aprovado pelo Ministério das Cidades, com atividades de reparação ambiental da área e de inclusão social para os catadores; c) implantação do Programa de Coleta Seletiva Porta a Porta, em parceria com a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis-ASCAMAR e Associação dos Agentes Trabalhadores em Reciclagem e Compostagem do Aterro Sanitário - ASTRAS, atendendo, na Região Sul, as comunidades de Ponta Negra, Alagamar, Mirassol, Capim Macio, Conjunto dos Professores, Cidade Satélite, Pitimbu, Conjunto dos Bancários, Potilândia, Morro Branco, Candelária e Cidade Jardim; d) monitoramento da qualidade da água para abastecimento da população, executado através da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município – ARSBAN; e) discussão com setores representativos da sociedade de proposta para utilização da área não edificante do bairro de Ponta Negra, preservando sua paisagem cênica, e do Plano de Arborização para o Município, com o objetivo de recuperar, manter e ampliar a cobertura vegetal da cidade;

8) criação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e do Fundo Municipal de Apoio à Ciência e Tecnologia pela Lei nº 5.550, de 04 de fevereiro de 2004, com o objetivo de aprovar e apoiar projetos de pesquisa direcionados ao desenvolvimento da cidade, cabendo ao Conselho a responsabilidade de propor ao Executivo as diretrizes de uma política de ciência e tecnologia para o município;

9) ampliação da Rede Metropolitana de Dados de Natal, consolidando a interligação das secretarias e órgãos municipais em rede digital, passando de cinco órgãos interligados no final de 2002 para a sua totalidade em 2004, fortalecendo o trabalho intersetorial e melhorando as condições de atendimento ao cidadão;

10) valorização da cidade como destino turístico, reconhecendo o turismo como atividade econômica geradora de oportunidades de trabalho e geração de renda para a população, mantendo-a em condições urbanísticas saudáveis, como se espera de uma cidade receptiva. No planejamento estratégico do município para a área de turismo foram estabelecidas diretrizes para a concretização de uma política que contribua para o desenvolvimento sustentável, contemplando a preservação de valores da cultura local, a justiça social, o respeito ao meio ambiente e a ética nas relações;

11) ampliação e melhoria do atendimento à população, com a nomeação de 1.421 profissionais aprovados em concurso público nas áreas do magistério, saúde, meio ambiente e urbanismo, cultura, guarda municipal e outras, possibilitando a renovação dos quadros da administração pública municipal.

Com base nesta realidade e no estudo de material bibliográfico catalogado, enfocando a problemática municipal e elaborado por especialistas ou produzido em fóruns qualificados de caráter deliberativo, com representação da sociedade civil organizada, os participantes da Oficina de Elaboração do Plano Integrado de Ações Municipais identificaram, a partir de trabalho em grupo, os desafios/problemas, as proposições para a transformação da realidade vivenciada e as parcerias necessárias ao enfrentamento desses desafios, culminando em 12 programas que consolidam as diretrizes e estratégias do presente plano.

A natureza interdisciplinar deste plano e as características do processo de sua construção deixam-no com as marcas próprias dos documentos abertos. Assim, esta publicação não encerra sua elaboração. O Plano continua aberto a novas reelaborações, em permanente construção e aperfeiçoamento.

Cidade Saudável



Visão Geral

A expressão “Cidades Saudáveis” tem origem no movimento sanitário do final do século XIX, com os projetos das Cidades-jardim da Inglaterra pós-revolução industrial. É, no entanto, na I Conferência Internacional de Promoção da Saúde no Canadá, em 1986, que o conceito é institucionalizado, tendo a partir daí se difundido pela Europa, chegando na América Latina, em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro.

O Movimento por Cidades Saudáveis faz parte de um conjunto de políticas urbanas difundidas e implantadas pela ONU, especialmente por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), que buscam intervenções diretas, influenciando políticos e planejadores (Wерна, 1996 apud WESTPHAL & MENDES, 2000).

Uma cidade saudável, segundo Hancock (1993 apud WESTPHAL & MENDES, 2000), é aquela que está continuamente criando e melhorando os ambientes físico e social, fortalecendo os recursos comunitários que possibilitam às pessoas se apoiarem mutuamente no sentido de desenvolverem seu potencial e melhorarem sua qualidade de vida.

Esse movimento pressupõe o envolvimento do conjunto de atores da cidade em busca de qualidade de vida e condições saudáveis de existência, e indica como fundamentais o compromisso e a atuação da administração local. Nesse aspecto, pode ser apontado um conjunto de elementos conceituais a serem observados no gerenciamento de um plano com este direcionamento.

De acordo com Xavier (2000), a idéia de Cidade Saudável tem relação com outras idéias. Diz respeito à própria evolução da concepção de saúde que teve seu foco deslocado do indivíduo para a sociedade, partindo do tratamento para a prevenção e desta para a promoção e educação; a saúde não mais como oposição à doença, mas como qualidade de vida. Está vinculada à construção da Urbe, entendida esta como espaço coletivo onde as coisas acontecem e se inter-relacionam, onde cada setor

depende de todos os outros para funcionar; e o Estado, dentro desse processo coletivo, não mais é um elemento centralizador, mas muito mais mediador. Institui a noção de rede, ou seja, não mais projetos pontuais e isolados, mas de partes integrantes de um movimento maior.

No Brasil, algumas iniciativas têm sido implementadas por municípios e se inscrevem na tentativa de introduzir novas formas de gestão e controle social, como orçamentos participativos e programas de geração de trabalho e renda.

De forma pioneira, a primeira tentativa de implementação de um projeto de Cidade Saudável foi na Cidade de São Paulo no ano de 1991, através de uma associação entre o Departamento de Saúde de Toronto (Canadá) e a Prefeitura de São Paulo. Em 1995, dez cidades brasileiras já haviam aderido ao movimento, e durante os anos 1996-1997 as universidades brasileiras começaram a ter um papel mais visível nesse processo. O Fórum Brasileiro de Municípios Saudáveis ocorreu no ano de 1998 em Sobral, Ceará.

A Agenda 21 Nacional, no seu capítulo 7, define que todas as cidades, em especial as que se caracterizam por sérios problemas de desenvolvimento, devem, em conformidade com as leis, normas e regulamentos nacionais, desenvolver e fortalecer programas voltados para atacar esses problemas e direcionar seu desenvolvimento por um caminho sustentável. Algumas iniciativas internacionais de apoio a tais esforços, como o Programa de Cidades Sustentáveis, do Habitat, e o Programa de Cidades Saudáveis, da OMS, devem ser estimuladas.

Dentre os obstáculos para implantação no país do movimento cidades saudáveis pode-se destacar: a má distribuição de renda e a dificuldade de acesso aos direitos básicos; a fragilidade institucional das políticas, que dificulta a continuidade das ações; a enraizada cultura da ação vertical, que determina as soluções de cima para baixo; a desarticulação setorial, dificultando a integração de ações; a definição e implementação de políticas que não contemplam todos os agentes envolvidos; inconsistência das políticas públicas face à ausência de projeto orgânico e integrado de desenvolvimento; deficiência de informações, estudos e pesquisas que permitam contribuir para a discussão sobre desenvolvimento e qualidade de vida dos cidadãos.

O Movimento Cidades Saudáveis pressupõe um trabalho integrado, descentralizado e participativo. Neste sentido ainda destacam-se como obstáculos: a ausência da melhoria da qualidade de vida como objetivo explícito na elaboração de planos e programas; a inexistência de abordagens integradas das políticas sociais nos diferentes níveis governamentais; as políticas, diretrizes e estratégias que não contemplam as conseqüências da globalização e as aspirações de cidadania da população; e a ausência de processos de avaliação dos impactos das ações da sociedade, impossibilitando os ajustes necessários.

Mesmo com as dificuldades da abordagem interdisciplinar, experiências brasileiras demonstram que a intersectorialidade é uma forma de gestão possível e muito eficiente em termos da promoção do desenvolvimento econômico e social.

A forma de organização matricial, que assume a lógica de atuação tendo problemas como referência e a interdisciplinaridade e intersectorialidade como elementos do modelo de abordagem, é a que tem sido utilizada com mais êxito por municípios brasileiros envolvidos em projetos de cidades saudáveis, assumindo formatos variados (WESTPHAL & MENDES, 2000) .

De acordo com essas autoras, um deles prevê que secretarias e outros órgãos segmentados por áreas de intervenção sejam substituídos por um corte territorial - regional. Às secretarias regionais, e não mais setoriais, cabe a missão de identificar os problemas de seu território geograficamente delimitado e planejar de forma integrada as ações para a melhoria da qualidade de vida da população de seu território.

Uma segunda forma é a de optar pela mudança gradual e processual. A administração propõe projetos estratégicos intersectoriais, que passam a permear toda a estrutura da prefeitura, mas a matriz setorial se mantém, bem como os cargos e funções gratificadas, mudando gradativamente a forma de funcionar, agregando os diferentes órgãos do governo em coordenações funcionais, órgãos de assessoramento, órgãos de ação social e área de infra-estrutura e estrutura urbana. Cada um dos órgãos mantém suas funções específicas e as leva como contribuição para cada um dos projetos intersectoriais, que se desenvolvem através da lógica de problemas e territórios.

Uma terceira forma de abordagem intersectorial consiste na articulação, em redes de parcerias, entre órgãos governamentais, não-governamentais e comunidade, na resolução de problemas prioritários de uma população que vive em determinado território.

Destacam-se ainda outros formatos no movimento nacional: o de governo local intersectorial, como o Projeto Centro Saudável em São Paulo/SP; e articulações com organizações da sociedade civil, em Bertioga e Limeira, no Estado de São Paulo.

Ferraz (1999) indica as seguintes medidas para implementação do movimento Cidades Saudáveis em municípios no hemisfério sul: fortalecimento político e institucional; reorientação dos serviços de saúde com vistas aos problemas ambientais; recursos humanos qualificados; legislação apropriada; participação comunitária; igualdade de acesso aos serviços; e ações intersectoriais.

Conclui-se que o Movimento Cidades Saudáveis pressupõe o envolvimento do conjunto de atores do município em busca de qualidade de vida e condições saudáveis de existência, e alguns elementos devem ser considerados.

Um primeiro elemento diz respeito ao desencadeamento do movimento no nível municipal, e neste aspecto, vários estudos e abordagens indicam o compromisso público da administração local como um elemento central, de modo que governo e comunidade atuem conjuntamente na busca de qualidade de vida.

Um segundo elemento relaciona-se à mudança nas formas de governar a cidade pelo poder local, direcionando a missão e a busca de resultados para o atendimento das necessidades da comunidade através de parcerias, o que requer a adoção de formas mais participativas de gestão pública. A mudança indicada pode ser implementada pela adoção de inúmeras técnicas de planejamento e administração voltadas à resolução de problemas de forma coletiva e intersetorial.

O terceiro elemento refere-se à adequada organização dos processos de trabalho da administração local, que permitam implementar os planos e projetos definidos e busquem alcançar as metas e resultados propostos.

Como último elemento deve-se citar a ação constante dos governantes na busca de parcerias com a comunidade, os setores produtivos, os poderes legislativo e executivo, as outras esferas de governo e as organizações sociais locais, com o propósito de obter consensos, integrar recursos, alcançar metas, criar mecanismos de continuidade e co-responsabilizar os diversos atores com a qualidade de vida.

Natal – Uma Cidade Saudável

Atualmente, grande parte da área física do município de Natal está consolidada, mas identifica-se, de acordo com os relatos históricos, que houve uma preocupação inicial, por parte de seus administradores, de proporcionar melhor qualidade de vida à população.

Em 1901, durante a administração de Joaquim de Moura, ocorreu a primeira intervenção urbanística sistematizada, através da elaboração e implementação do *Plano Cidade Nova*. Este consistiu em um parcelamento e arruamento do solo em forma de tabuleiro de xadrez, para uma área que abrangia os atuais bairros de Petrópolis e Tirol e apresentava tendência de expansão (FERREIRA et al, 2000).

O *Plano Cidade Nova* teve sua demarcação e alinhamento iniciados por Jeremias Pinheiro da Câmara e continuados pelo agrimensor italiano Antônio Polidrelli. Foi concluído em 1904, abrangendo um total de 60 quarteirões de 144 hectares em média, interligados por avenidas de até 30 metros de largura, o que permitia a fluidez da ventilação e conseqüentemente a qualidade do ar e a amenização climática.

Ainda segundo Ferreira et al (2000), o *Plano Cidade Nova* não só incorporava preocupações relativas à questão sanitária, por meio da introdução de melhoramentos na área central, como propunha a expansão da cidade. Os “bons ares” vindos do mar eram citados como um atrativo do recém criado bairro, em um discurso afinado com as novas regras de higiene e salubridade urbanas em voga na época.

A ocupação dos bairros de Petrópolis e Tirol conformou-se lenta e gradualmente ao longo dos anos, dando-se, inicialmente, a partir de grandes sítios. As autoras acrescentam que, em 1920, o médico potiguar Januário Cicco publicou o livro “Como se higienizaria Natal”, apresentando um estudo sobre a “Topographia de Natal e sua Geographia Medica”. Nesse trabalho, além da descrição detalhada da situação dos bairros quanto ao número de habitantes, de edificações e seus usos, e as principais enfermidades, é indicado o estado sanitário da cidade e propostas algumas soluções para as disfunções causadas pela insalubridade urbana. No estudo, a área de abrangência do *Plano Cidade Nova* era considerada o ponto mais saudável de Natal, não apresentando patologias consideráveis em suas localidades.

As avenidas largas, o solo arenoso e a disposição das ruas aos ventos dominantes, são alguns dos aspectos que o médico julga como responsáveis pelas boas condições de salubridade das duas áreas, confirmando, assim, a dicotomia entre a cidade “antiga” e a cidade planejada dentro dos princípios higienistas. (FERREIRA et al, 2000).

Em 1929, o arquiteto Giácomo Palumbo elaborou o Plano Geral de Sistematização de Natal que previa o macro-zoneamento da cidade. O plano incorporava ações de melhoramentos como a drenagem, o saneamento e a pavimentação de ruas que vinham sendo realizadas em Natal pelo então prefeito, o engenheiro Omar O'Grady, e avançou em relação ao *Plano Cidade Nova* ao expandir a trama inicial. Tratava-se de um plano para organizar a expansão da cidade, abordando questões ambientais, baseadas em parte no conceito de Cidade Jardim e nos princípios da Carta de Atenas (LIMA, 2001).

Em seguida, de acordo com Lima (2001), o *Plano de Expansão de Natal* (1935) foi concebido pelo Escritório Saturnino de Brito como uma forma de articular os projetos de sistemas de água e esgotos e edifícios para a administração pública.

A partir da década de 40, com um alto índice de crescimento demográfico ocasionado principalmente pela concentração de tropas brasileiras e norte-americanas na cidade durante a II Guerra Mundial, e com o conseqüente surgimento de um mercado imobiliário, os bairros projetados foram loteados e rapidamente ocupados, principalmente por residências sofisticadas e de alto padrão construtivo, seguindo os preceitos de salubridade, ventilação e insolação (FERREIRA et al, 2003).

Entre os meados dos anos 60 e a primeira metade dos anos 80, foram elaborados três planos urbanísticos para Natal. O *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal* (1968) conhecido também como *Plano Serete*, se constituiu, de acordo com Lima (2001), no primeiro passo para a formação de um quadro de planejadores e para o processo de institucionalização do planejamento em Natal.

O *Plano Diretor do Município de Natal* (1974) não propôs mudanças na estrutura da cidade, restringindo-se a legalizar o processo de urbanização e ratificar o padrão espacial do *Plano Cidade Nova*. Neste momento foi criado o Conselho de Planejamento Urbano do Município de Natal – CONPLAM, que contribuiu de forma decisiva para o planejamento urbano em Natal.

Da mesma forma, o *Plano Diretor de Organização Físico-Territorial do Município de Natal* (1984) ratificou o padrão espacial de 1904 e funcionou como um instrumento de legalização do processo de urbanização promovido pelo mercado imobiliário da época.

Petrópolis e Tirol foram os bairros pioneiros no processo de verticalização da cidade, que começou no início da década de 80. Tal processo foi favorecido pela existência de uma infra-estrutura básica de serviços e pelo sistema viário, bem hierarquizado e com uma acessibilidade satisfatória. Isso ocasionou uma valorização do solo urbano, gerando uma forte especulação imobiliária e tornando os seus endereços os mais cobiçados da cidade para fixação de residências da classe média/alta e empreendimentos comerciais e de serviços de alto padrão.

De acordo com Ataíde (1999) os anos 90 assinalaram um novo tempo para a política urbana e ambiental e para a teoria do planejamento urbano. Este tempo caracterizou-se pelas tentativas de concretização do ideário do movimento nacional pela reforma urbana, iniciado nos anos 80. Algumas das idéias desse movimento foram incorporadas às novas bases constitucionais do país e especialmente detalhadas no âmbito dos municípios, através das leis orgânicas, dos novos Planos Diretores Municipais e planos urbanísticos diversos.

A autora enfatiza que o Município de Natal acompanhou as mudanças institucionais ocorridas no âmbito federal. Os avanços foram visíveis, principalmente se observados o *Código do Meio Ambiente* (1992), a *Lei Orgânica do Município* (1990) e o *Plano Diretor de Natal* (1994). No conjunto dessas leis, o direito à cidadania e à gestão democrática da cidade é introduzido como eixo central da política urbana e sinaliza o estabelecimento de um controle social sobre o processo de uso e ocupação do solo do município.

Ao atual *Plano Diretor de Natal* (1994) foi atribuído o objetivo principal de promover “o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, garantindo um uso socialmente mais justo e ecologicamente equilibrado do seu território” (NATAL, 1994). Este plano está articulado por dois eixos principais: de um lado, pelos parâmetros que proporcionam uma maior democratização do acesso à terra no processo de ocupação do território do município, definindo condições especiais para o reconhecimento das chamadas Areas Especiais de Interesse Social (AEIS); e de outro, pela incorporação de dispositivos de controle urbanístico que orientam a recuperação do patrimônio ambiental e cultural da cidade, destacando-se as Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs). No período de 1994 e 2001, o Plano Diretor de Natal foi ajustado por três leis complementares e alvo de regulamentações, dentre as quais algumas leis e decretos.

Embora sejam visíveis as indicações que apontam para a defesa do meio ambiente, o Plano Diretor de Natal deixa de enfatizar parâmetros mais restritivos no nível do lote, não sendo compatíveis com um quadro prospectivo de qualidade ambiental da cidade.

Pode-se afirmar que as alterações sucessivas nos índices e prescrições urbanísticas dos planos diretores de Natal, principalmente os relacionados com a diminuição gradativa dos recuos entre as edificações e a permeabilidade do solo, resultaram na redução da velocidade dos ventos e há indícios de formação de ilhas de calor na cidade.

Finalmente, conclui-se que, mesmo que tenha havido uma preocupação inicial de proporcionar melhor qualidade de vida a seus habitantes, a cidade encontra-se atualmente exposta a diversos problemas ambientais, como o aumento de áreas

impermeáveis devido à ocupação quase que total dos lotes e o conseqüente alagamento em alguns trechos em dias de chuva, carência de área verde tanto pública quanto privada, aumento da área exposta à radiação (em virtude da crescente verticalização), esgotamento da estrutura viária (em função da falta de estacionamento dentro dos lotes e a ocupação indevida dos canteiros centrais), entre outros.

Perfil da Cidade do Natal

Localização e Aspectos Geomorfológicos

O município de Natal, localizado na região Nordeste do Brasil, possui as coordenadas de 5°47'42" de latitude sul e de 35°12'34" de longitude oeste, ocupa uma área de 169,9 km², de acordo com o Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte (IDEMA, 2000), correspondendo a 0,32% do território do Rio Grande do Norte. Limita-se ao Norte com o município de Extremoz, ao Sul com o de Parnamirim, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com os municípios de São Gonçalo do Amarante e Macaíba.

Com uma altitude de 30m, o seu relevo caracteriza-se por ser plano e suavemente ondulado, formado por tabuleiros costeiros, dunas e vales costeiros. O seu clima é quente e úmido, com uma temperatura média de 26,2°C e uma umidade relativa do ar de 83%, apresentando um período chuvoso com precipitação média anual de 1.776,7 mm e um período de verão, amenizado por ventos alísios, vindos do sudeste, com velocidade média de 4,8 m/s, segundo dados da Estação Climatológica do Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - 2000/2003.

Os recursos hídricos superficiais da região são constituídos pela bacia hidrográfica formada pelo rio Potengi e as sub-bacias a ela associadas. A bacia do rio Potengi compreende as sub-bacias dos rios Pitimbu e Pirangi, com superfície aproximada de 5.000 km², e tem como principais afluentes os rios Potengi, Jundiá e Doce.

O rio Potengi, com 176 km, é o mais importante. O que mais contribui para a formação do estuário desse rio e define os limites do município de Natal é a bacia estuarina, com cerca de 20 km, que desempenha importante papel econômico, social e ecológico, constituindo paisagens naturais ou antrópicas diversificadas.

Do ponto de vista geológico, o município de Natal insere-se num perímetro de terrenos exclusivamente sedimentares, destacando-se como referência o grupo barreiras, dunas móveis, paleodunas, aluviões e coberturas coluvioeluvias.

A cobertura vegetal nativa da região é constituída de remanescentes da Mata Atlântica, Caatinga e Tabuleiro Litorâneo, destacando-se o Parque das Dunas, criado em 22.11.1977, através do Decreto Estadual nº 7.237. Considerado o segundo maior parque urbano do Brasil, com 1.172 hectares de extensão, exerce a função de área de

conservação de espécies animais e vegetais e de proteção aos lençóis de água subterrâneos e locadora das dunas, trazendo benefícios relevantes no processo de amenização climática, pela criação de microclimas agradáveis, que contribuem de forma significativa para o conforto ambiental do núcleo urbano (CARVALHO, 2001).

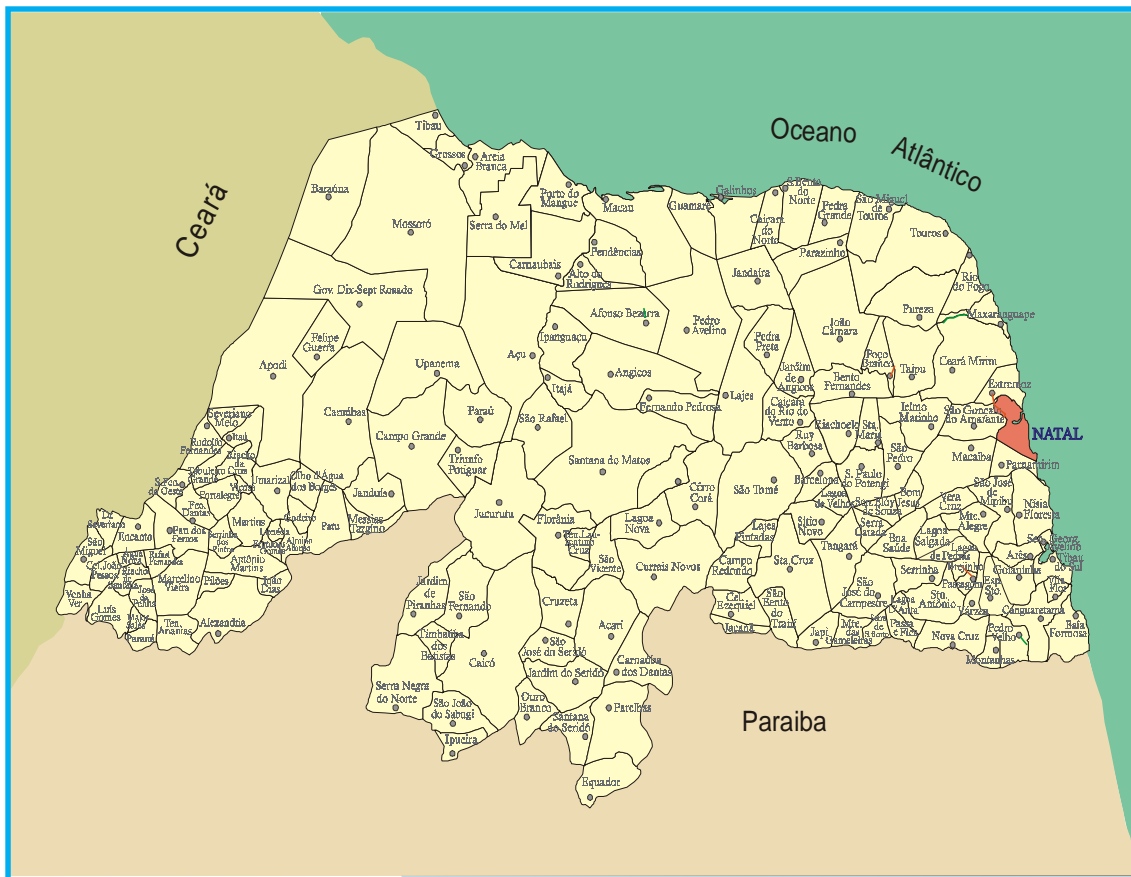


Figura 01 - Mapa do Rio Grande do Norte com o Município de Natal

Fonte: IDEMA, 2000

Aspectos da Administração dos Espaços Urbano e Regional

Regiões Administrativas

De acordo com a Lei Municipal nº 3.878, de 07 de dezembro de 1989, Natal está dividido administrativamente em quatro regiões, que abrangem trinta e seis bairros assim distribuídos:

- Região Administrativa Norte, com sete – Igapó, Lagoa Azul, Nossa Senhora da Apresentação, Pajuçara, Potengi, Redinha e Salinas;
- Região Administrativa Sul, com sete – Candelária, Capim Macio, Lagoa Nova, Neópolis, Nova Descoberta, Pitimbu e Ponta Negra;

• Região Administrativa Leste, com doze – Alecrim, Areia Preta, Barro Vermelho, Cidade Alta, Lagoa Seca, Mãe Luíza, Petrópolis, Praia do Meio, Ribeira, Rocas, Santos Reis e Tirol;

• Região Administrativa Oeste, com dez – Bom Pastor, Cidade da Esperança, Cidade Nova, Dix-Sept-Rosado, Felipe Camarão, Guarapes, Nordeste, Nossa Senhora de Nazaré, Planalto e Quintas.



Figura 02 - Mapa de Natal com divisão por bairro e região administrativa

Fonte: SEMPLA, 2003

Zonas de Proteção Ambiental

Com o objetivo de preservar a qualidade ambiental, foram estabelecidas no Plano Diretor de 1994 dez áreas como Zonas de Proteção Ambiental – ZPAs, para garantir a proteção, manutenção e recuperação de seus recursos naturais. As zonas de proteção estão assim distribuídas, de acordo com a SEMURB (2003):

- . ZPA 01 – Campo Dunas do Pitimbu: recarga do aquífero subterrâneo, ocupando uma área de aproximadamente 8 km², entre os bairros de Candelária, Cidade Nova e Pitimbu;

- . ZPA 02 – Parque das Dunas: remanescente da Mata Atlântica, contribui para a amenização climática e de recarga e proteção do lençol freático, ocupando uma área de 11,7 km², que se estende pelos bairros de Capim Macio, Lagoa Nova e Tirol;

- . ZPA 03 – Rio Pitimbu – compreendendo uma área aproximada de 1,3 km² na bacia hidrográfica do rio Pitimbu, destina-se a garantir o suprimento de água à lagoa do Jiqui;

- . ZPA 04 – Campo de Dunas do Guarapes: entre os bairros de Guarapes e Felipe Camarão, abrange uma área aproximada de 4 km² compreendendo um cordão de dunas, tabuleiro costeiro e o estuário do rio Potengi, sendo importante para o escoamento pluvial;

- . ZPA 05 – Lagoinha: possuindo uma área de 3,5 km² e localizada no bairro de Ponta Negra, é formada por um complexo de dunas e lagoas que se constitui numa das principais áreas de recarga do aquífero;

- . ZPA 06 – Morro do Careca: com uma área aproximada de 4,5 km², localizada no bairro de Ponta Negra, tem importância ecológica e qualidades paisagísticas de interesse recreativo e turístico;

- . ZPA 07 – Forte dos Reis Magos: com uma área aproximada de 1,1 km² no bairro de Santos Reis, compreende o Forte dos Reis Magos e cercanias de parte do estuário do rio Potengi, o que lhe confere relevante importância histórica e cultural;

- . ZPA 08 – Estuário do Rio Potengi e Manguezal: situada integralmente no bairro Salinas, compreende uma área em torno de 10 km², compondo um ecossistema litorâneo de grande importância ambiental e socioeconômica para o município;

- . ZPA 09 – Complexo do Rio Doce: alongando-se pelos bairros de Pajuçara e Lagoa Azul, percorre quase todo o curso do Rio Doce no território do município e compreende um sistema de dunas e lagoas, com importância na perenização do rio e recarga dos aquíferos;

- . ZPA 10 – Mãe Luiza: compreende as encostas dunares adjacentes ao Farol de Mãe Luiza, ocupando uma área aproximada de 0,5 km².



Figura 03 - Mapa de Natal com as Zonas de Proteção Ambiental

Fonte: SEMURB, 2003

Região Metropolitana

As regiões metropolitanas foram contempladas no ordenamento jurídico brasileiro a partir da Constituição de 1967 e em sua nova redação, dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

As primeiras regiões metropolitanas no Brasil foram institucionalizadas apenas em 1973 e em 1974 sendo, porém, entidades sem autonomia administrativa própria mas, seguramente, um espaço institucional e geográfico favorecedor do desenvolvimento de ações integradas na resolução de problemas comuns ou inter-relacionados.

Com a promulgação da Constituição de 1988 a União passou a atribuir aos Estados a competência para instituir regiões metropolitanas a partir de Leis Complementares.

No Rio Grande do Norte, Natal experimentou um processo de crescimento acelerado, motivado por vários fatores, dentre os quais destacam-se a imigração da população rural e o desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços.

O processo de interligação dos limites de Natal com os municípios vizinhos tornou-se evidente, motivando o Estado a tentar institucionalizar, em 1988, a sua região metropolitana. Essa pretensão não se concretizou, vindo a Região Metropolitana de Natal – RMN a ser criada apenas em 1997.

A Região Metropolitana de Natal foi instituída pela Lei Complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997, de modo a permitir a integração e a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum dos municípios circunvizinhos.

A Lei Complementar nº 221, de 10 de janeiro de 2002, determinou a inclusão de mais dois municípios. Assim sendo, fazem parte de sua região metropolitana os municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará Mirim, Nísia Floresta e São José de Mipibu, os três últimos não fazendo fronteira com Natal, perfazendo uma área total de 2.522,8 km², da qual Natal ocupa apenas 6,7%.

Embora estejam institucionalizadas por vários diplomas legais, no âmbito dos governos federal e estadual, as regiões metropolitanas enfrentam alguns entraves que as impedem de conduzir, com eficiência e eficácia, as ações voltadas para a solução de problemas comuns. Entre os motivos podem ser destacados o sentimento municipalista exarcebado, que impede a conjugação regional de esforços; a relativa dificuldade de financiamento para programas integrados e intermunicipais e a ausência de um tratamento jurídico-institucional bem definido no contexto da federação. Apesar desses obstáculos, conseguiu-se implantar em 2004 o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal.



Figura 04 - Mapa da Região Metropolitana de Natal

Fonte: SEMPLA, 2003

Demografia

Qualquer pretensão no sentido de elaborar estratégias para planejar intervenções em qualquer espaço geo-econômico não pode prescindir dos instrumentos da análise demográfica. A justificativa para isto é evidente, principalmente quando a decisão de planejar políticas públicas tem como objetivo atender demandas e necessidades da população seja na área social, econômica, cultural e ambiental, elegendo-as, nos seus diversos segmentos, como foco central do exercício de planejar.

O município de Natal, que ocupa uma área de 169,9 km², apresentou uma densidade demográfica, em 2000, de 4.193 hab/km². As regiões Norte e Oeste detêm os maiores adensamentos populacionais, concentrando 61,9% da população total de Natal, com participações de 34,4% e 27,5%, respectivamente. Ressalte-se que estas duas regiões localizam-se na periferia da cidade.

A Dinâmica Demográfica

Em Natal, e na sua correspondente Região Metropolitana, já ocorrem fenômenos coletivos como favelização, violência urbana, desemprego, problemas de trânsito e ambientais e tantos outros, como conseqüência direta ou indireta de sua rápida urbanização. Por isso, o planejamento não pode prescindir do conhecimento do atual perfil demográfico da cidade e de suas implicações no conjunto das demandas sociais dos diversos segmentos populacionais como também sobre a nova configuração econômica, social e espacial que já se desenha para o futuro de Natal.

Cabe, portanto, aos responsáveis pela administração da cidade se anteciparem com decisões estratégicas necessárias para uma adequada adaptação ao que se vislumbra. Nesse sentido, os instrumentos da análise demográfica, contextualizados num espectro mais abrangente dos estudos populacionais, são fundamentais e indispensáveis para nortear corretamente as decisões e intervenções transformadoras da realidade atual. Assim sendo, conhecer como a população de Natal evoluiu, qual a sua distribuição por sexo e idade, como se distribui espacialmente sobre seu território e suas características socioeconômicas são pré-requisitos indispensáveis para se planejar estrategicamente o presente e o futuro de Natal.

Evolução da População

A forma como evolui o crescimento da população de uma cidade sinaliza as macro-tendências para o futuro e, por isso, deve ser considerada na formulação de estratégias para construção de cenários e tendências futuras. Reconhecendo-se a importância deste postulado, apresenta-se no Gráfico da Figura 05 a evolução do crescimento da população de Natal no período que retroage a 1872 e se projeta para 2015. Como se verifica pela trajetória de crescimento, na forma aproximada de uma curva logística, pode-se dividir a evolução da população de Natal em três fases ou períodos históricos distintos:

- Anterior a 1950: caracterizada por um crescimento lento, correspondendo ao período de baixo crescimento vegetativo da população e de baixa intensidade da migração campo-cidade;
- De 1950 a 1990: caracterizada como um período de acelerado crescimento populacional impulsionado, por um lado, pela intensificação da migração e, por outro, pelo desenvolvimento socioeconômico que transformou Natal num dinâmico pólo de desenvolvimento;
- Posterior a 1990: caracterizada como uma fase em que o crescimento populacional inicia um processo de desaceleração, projetando um cenário de crescimento lento e saturação num horizonte longínquo.

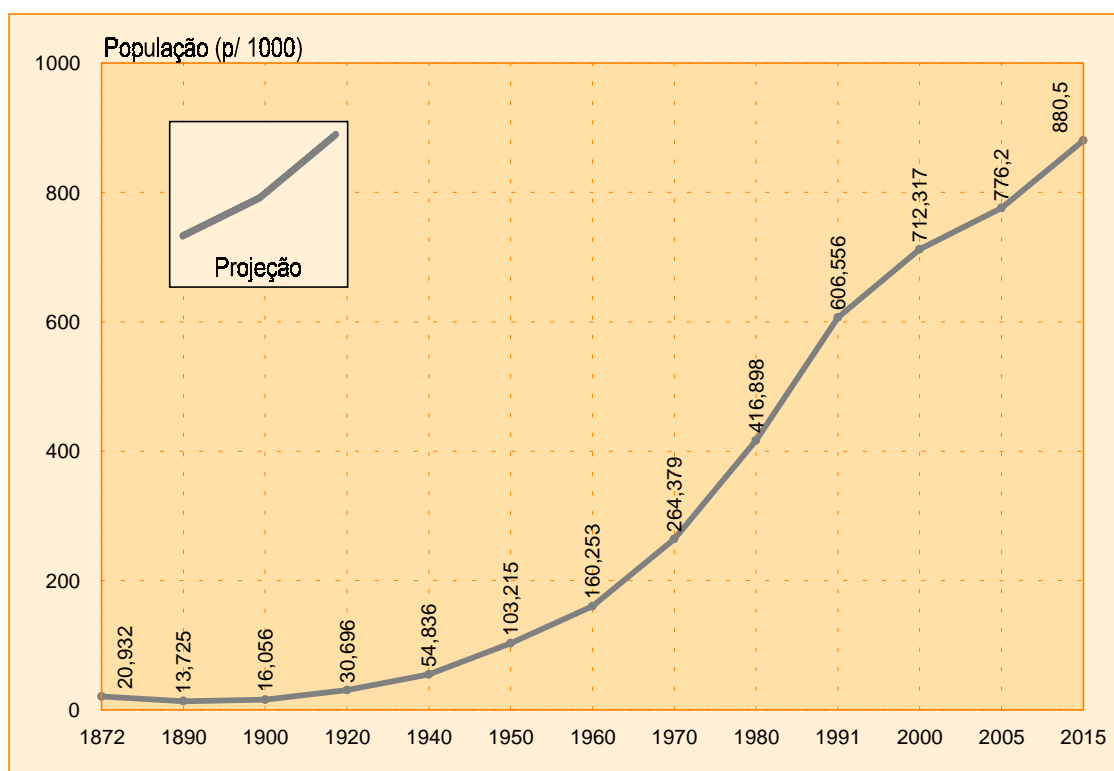


Figura 05 - Gráfico da evolução do crescimento da população de Natal no período 1872 - 2000 e projeção da população em 2005 e 2015

Fonte: SEMPLA, 2003

Natal contava em 2000 com uma população de 712.317 habitantes (IBGE, 2000), distribuídos em 36 bairros. As projeções apresentadas no documento Natal 2015 apontam que serão 880,5 mil habitantes residindo em Natal no ano de 2015, resultando numa densidade demográfica de 5.182,5 hab/km².

O crescimento de Natal nas três últimas décadas foi, em grande medida, decorrente da migração campo-cidade e de seus efeitos indiretos e não, especificamente, do seu próprio crescimento vegetativo. Em 1980, Natal tinha uma população de 417 mil habitantes, passando, em 2000, para 712,3 mil. Isso significa um crescimento relativo neste período de 71%, que corresponde em termos absolutos a 295,4 mil pessoas, resultando em um acréscimo médio de 15 mil novos habitantes a cada ano (NATAL 2015, 2000).

Como vem ocorrendo em todo o Brasil, Natal também passa pelo processo de transição demográfica que resultou em queda acentuada nas taxas de fecundidade das mulheres natalenses. A taxa de fecundidade total de Natal passou de 2,4 filhos por mulher, em 1991, para 2 filhos, em 2000, o que equivale a um decréscimo de 16,7%. Apesar de Natal apresentar, no geral, baixa taxa de fecundidade, verifica-se grande variação quando se observa este indicador por bairro, constatando-se que a maioria dos bairros localizados nas regiões Norte e Oeste apresenta taxa de fecundidade da ordem de 4 filhos ou mais por mulher (NATAL 2015, 2000).

Distribuição por Gênero e Faixa Etária

Segundo o Censo Demográfico de 2000, a composição da população de Natal, por gênero, era de 334,3 mil homens e 377,9 mil mulheres, equivalendo a população feminina a 53% da população total.

Quanto à distribuição da população por faixa etária, a Tabela 01 mostra que a maioria, 66,2%, é constituída por adultos na faixa de 15 a 64 anos, seguindo-se a população jovem de 0 a 14 anos com 28,3% e, por último, os idosos com 65 anos e mais de idade com 5,5%. As regiões Norte e Oeste concentram as maiores parcelas da população jovem sendo, respectivamente, 32,2% e 31,2%. Por sua vez, a região Leste concentra o maior contingente de idosos com 9,7%.

No Gráfico da Figura 06, apresenta-se a distribuição da população de Natal por faixa etária e por região administrativa dentro de cada faixa etária no ano de 2000. Constata-se que significativa parcela da população jovem e adulta localiza-se nas regiões Norte, com 39,2% e 33,3%, respectivamente, e na região Oeste com os percentuais de 30,4% para o segmento jovem e 26,4% para o segmento adulto.

Tabela 01 - Distribuição da população por região administrativa e faixa etária Natal - 2000				
Região Administrativa	População Total Abs.	Faixa etária (anos)		
		0 a 14 (%)	15 a 64 (%)	65 e mais (%)
Norte	244.743	32,2	64,3	3,5
Leste	116.106	23,8	66,5	9,7
Oeste	195.584	31,2	63,6	5,2
Sul	155.882	21,6	72,5	5,9
Total	712.317	28,3	66,2	5,5

Fonte dos dados básicos: IBGE - Censo 2000

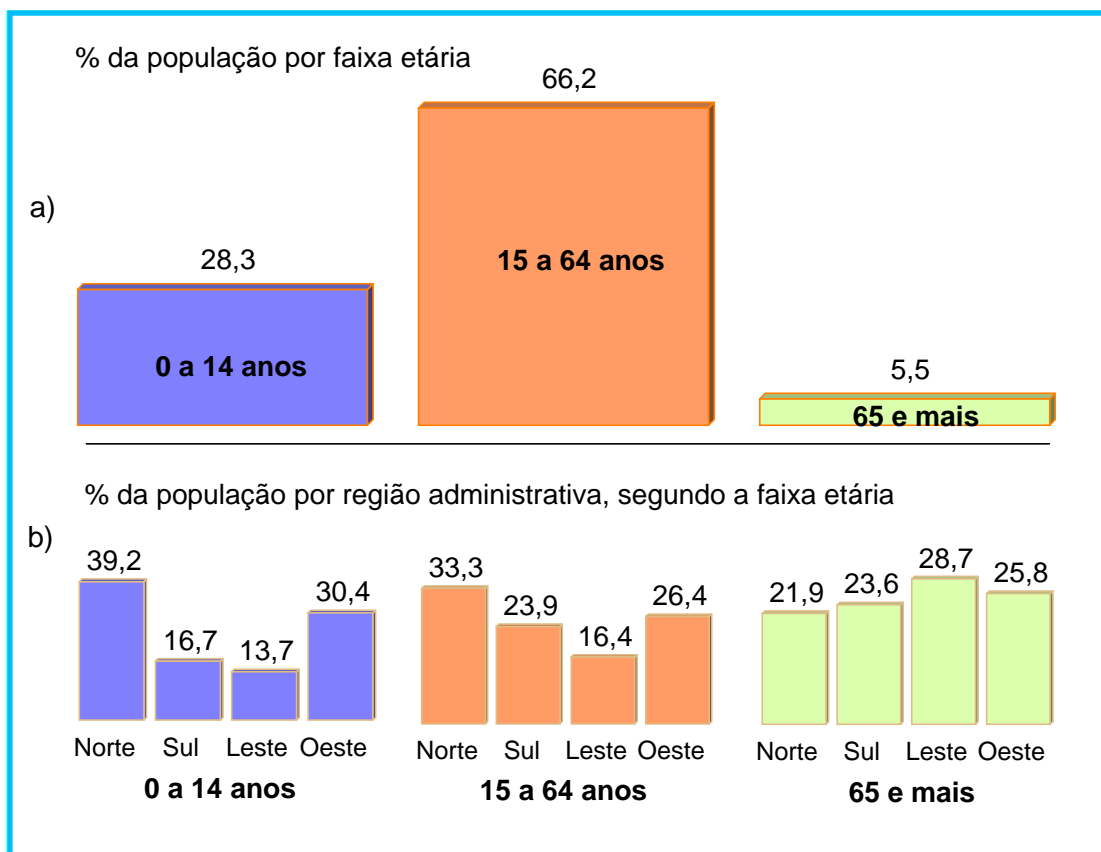


Figura 06 - Gráfico da distribuição da população por faixa etária e por região administrativa dentro de cada faixa etária - Natal - 2000

Fonte dos dados básicos: IBGE - Censo 2000

Dinâmica Social e Geografia Humana

Os efeitos mais visíveis da rápida urbanização de Natal foram a formação de uma pujante classe média urbana com um perfil de demanda completamente diverso daquele próprio da população de origem rural e o simultâneo processo de segregação social e espacial que empurrou os pobres para a periferia da cidade onde eles, paradoxalmente, não encontraram o que vieram buscar: melhor qualidade de vida (França, 2001).

Indicadores de Desenvolvimento Humano

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, a educação é o que mais assegura ganhos nos níveis de bem-estar da população, atuando não somente como fonte de conhecimento, mas também interferindo diretamente na melhoria da qualidade de vida da população, que passa a utilizar melhor os serviços de saúde, resultando na diminuição da taxa de mortalidade infantil, diminuição da taxa de fecundidade, redução das doenças infecciosas e parasitárias, entre outros.

A concentração de grandes contingentes populacionais em regiões metropolitanas e o esvaziamento econômico e demográfico do interior se constituem fatores agravantes das diferenças regionais e das dificuldades de integração, repercutindo diretamente no nível educacional da população.

O desequilíbrio entre oferta e demanda por serviços básicos como educação, saúde, saneamento e emprego em Natal, é decorrente também dos efeitos do processo migratório, principal componente do seu crescimento demográfico. Daí o atendimento educacional no município se constituir um desafio. Este desafio vem sendo enfrentado, mas ainda apresenta indicadores preocupantes no contexto do Sistema Educacional do Município.

Educação

Natal apresentava em 2000 uma taxa de analfabetismo de 16% para a população de 7 a 14 anos de idade e de 11,9% para a população com 15 anos ou mais (Tabela 02). A região Oeste apresentava a mais alta taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, contando com 18,2%. Em seguida, a região Norte com 13,5% e, com menores taxas, as regiões Leste, com 9,8%, e a Sul, com 4,3%. No Mapa da Figura 07 mostra-se a distribuição espacial da taxa de analfabetismo por bairro.

A taxa de analfabetismo da população de 25 anos e mais de idade, em 2000, era de 13,4%, enquanto que a população escolarizada possuía, em média, 7,2 anos de estudo (IBGE, 2000).

Tabela 02 - Taxa de analfabetismo por região administrativa e faixa etária - Natal - 2000		
Região Administrativa	Faixa etária	
	7 a 14 anos	15 anos e mais
Norte	16,7	13,5
Leste	12,3	9,8
Oeste	25,4	18,2
Sul	5,4	4,3
Total	16,0	11,9

Fonte dos dados básicos: IBGE - Censo 2000

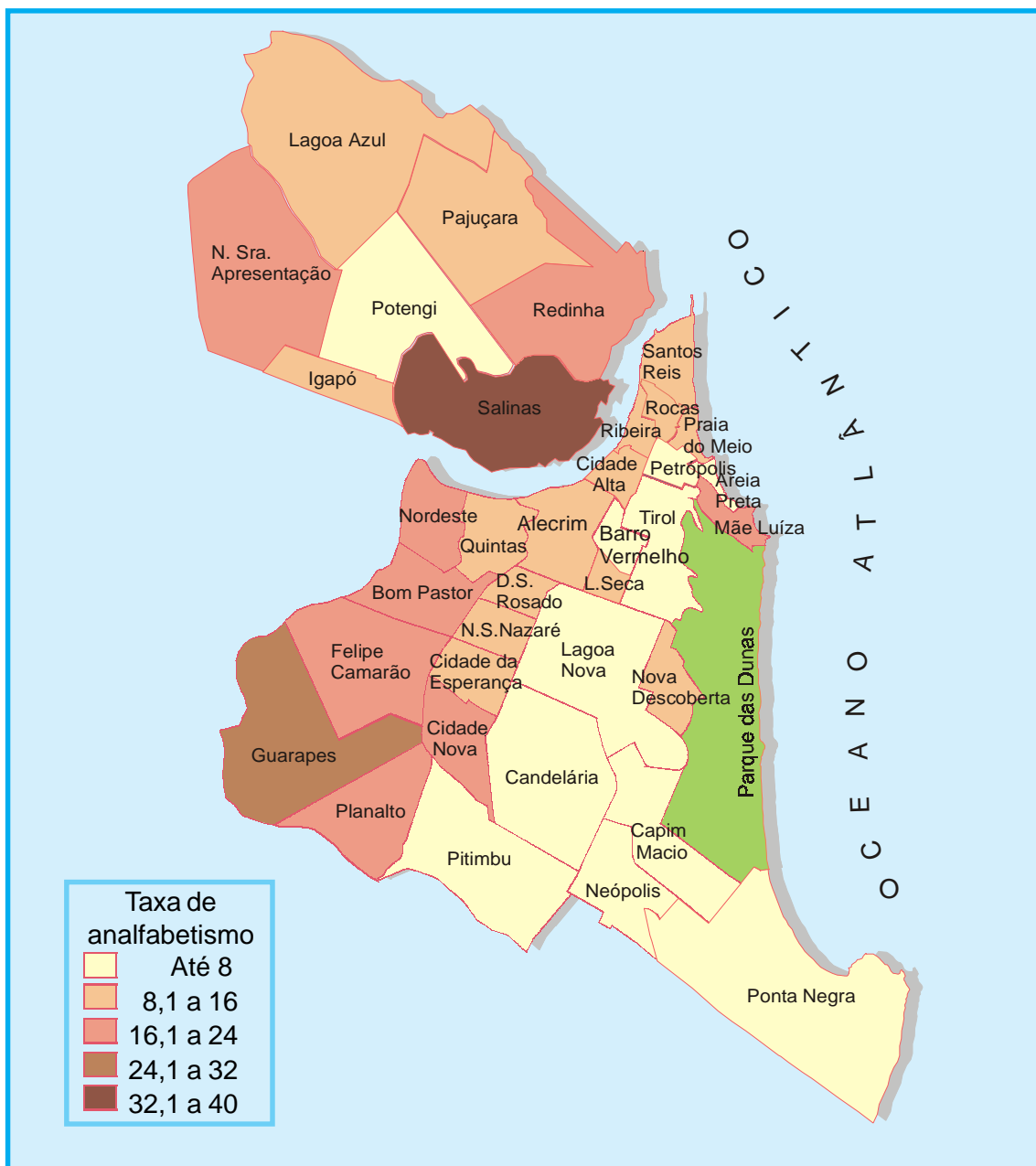


Figura 07 - Mapa da distribuição espacial por bairro da taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade - Natal - 2000

Fonte: SEMPLA, 2003

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação – IDHM-E evoluiu 9,8% no período 1991/2000, passando de 0,808 para 0,887. Contribuíram para este acréscimo os indicadores: taxa de frequência escolar e taxa de alfabetização de adultos, sendo o primeiro o que mais influenciou, com 17,9%, passando de 76,6% em 1991 para 90,3% em 2000 (BARROSO, 2003a).

Enfocando a capacidade física instalada no Município de Natal, em 2002 constatava-se que a rede pública de ensino possuía 247 estabelecimentos, comportando 2.355 salas de aula, sendo 2.229 permanentes e 126 provisórias (INEP,2004).

Apesar do número de estabelecimentos e salas de aula existentes, o município enfrenta problemas de atendimento à demanda por educação, verificando-se a **Insuficiência dos Serviços de Educação**. Constata-se, por exemplo, a existência de unidades ociosas em algumas áreas e outras superlotadas, o que tem dificultado o atendimento da população no seu próprio bairro de residência.

A demanda da educação infantil vem apresentando um crescimento bastante acelerado. Acredita-se que provocado pelo engajamento das mães no mercado de trabalho, e também pelo nível de consciência adquirido pela sociedade. No ano de 2002 houve 27.240 matrículas de crianças de 0 a 6 anos, sendo 29,1% na rede municipal, 68,3% na particular e o restante em outras instituições.

O atendimento à população de 7 a 14 anos está praticamente universalizado, pois desde 1998 o município registra uma taxa de escolarização líquida na ordem de 91,3% dessa população.

O programa de ensino de Jovens e Adultos, fora de faixa, atende uma clientela de alfabetização, ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e ensino médio. A matrícula dessa modalidade de ensino nas redes estadual e municipal concentrou-se no ensino fundamental com 29.173 alunos no ano de 2002. Destes, 17.899 estão matriculados no ensino fundamental de 5ª a 8ª séries.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2004), em Natal, no ano de 2000, a maior frequência à escola ocorreu na faixa etária de 7 a 14 anos, com 95,8%, seguida a de 15 a 17 anos, com 85,6%, e por último, a de 4 a 6 anos, com 83,4%. A faixa etária da população com mais baixa frequência à escola foi a de 18 a 22 anos com 49,9% .

Saúde

Os serviços de saúde, gerenciados pela administração pública municipal, são desenvolvidos em duas frentes distintas. A primeira é a assistência individual, caracterizada pelo atendimento em unidades de saúde através de consultas e procedimentos profissionais que visam ao restabelecimento da saúde do indivíduo. A segunda frente é formada pelas ações voltadas para a coletividade, dentre as quais se destacam aquelas de vigilância epidemiológica e sanitária e as de educação em saúde realizadas nas Unidades de Saúde.

O município desenvolve um conjunto de atividades, de forma a permitir o conhecimento da ocorrência de doenças, seu comportamento e seus fatores condicionantes, cuja análise subsidia o planejamento das ações de saúde, recomendando medidas mais eficazes de combate, de forma a prevenir e/ou controlar doenças. Esse trabalho tem sido ampliado constantemente, tendo em vista o município abrigar algumas áreas de risco ambiental e epidemiológico que concentram populações de baixa renda (SEBRAE, 2003).

Para por em prática a política de atenção à saúde, a Secretaria Municipal de Saúde conta, atualmente, com uma rede de serviços ambulatoriais e de pronto atendimento que vem respondendo às demandas da população. A assistência ambulatorial básica, em articulação com a atenção ambulatorial especializada e a rede de pronto atendimento, completa o conjunto de ações estratégicas necessárias para a atenção adequada aos problemas de saúde mais frequentes na população.

Tabela 03 - Rede Municipal de serviços ambulatorial e de pronto atendimento Natal - 2004	
Tipo de unidade de saúde	Número
Unidade de Saúde da Família	32
Unidade Básica Tradicional	26
Clínica Popular	03
Unidade Especializada (CAPS, Policlínica, Clínica Odontológica*, CRIAI, SAMU)	13
Centro de Controle de Zoonoses	01
Unidade de 24 Horas (Maternidade e Pronto Atendimento)	10
Total	85

Fonte: SMS, 2004

* Das Clínicas Odontológicas, 01 funciona em regime de 24 horas.

Outro componente importante do Sistema Municipal de Saúde é o Programa Saúde da Família (PSF), que desde o ano 2000 vem expandindo sua cobertura, que era de apenas 9,1%, com previsão de terminar o ano de 2004 com 61,7%, conforme demonstrado na Tabela 04.

Tabela 04 - Expansão do Programa Saúde da Família - PSF Natal - 2004				
Ano	Nº de equipes	Nº de unidades	Cobertura populacional	
			Nº de Habitante	%
2000	19	04	65.550	9,1
2001	19	04	65.550	9,1
2002	57	17	196.650	26,8
2003	72	23	248.400	33,4
2004 (até junho)	101	32	348.465	46,2
2004 (dezembro)	135	43	465.750	61,7

Fonte: SMS, 2004

Até a finalização do Projeto de Expansão do Programa Saúde da Família (PROESF), em 2008, serão implantadas mais 39 equipes, totalizando 174, o que permitirá uma cobertura aproximada de 70% da população de Natal.

A meta a ser alcançada é a cobertura das áreas ainda não atingidas pela rede assistencial, principalmente aquelas que se configuram como áreas de expansão demográfica, localizadas no Distrito Norte.

A taxa de mortalidade infantil de Natal teve um decréscimo de 33,4% no período de 2002 a 2003, passando de 23,7 por mil nascidos vivos em 2002, para 15,8 em 2003. A média anual de consultas médicas nas especialidades básicas por habitante aumentou de 2,19 para 2,46, a taxa de internação por infecções respiratórias agudas em menores de 5 anos foi reduzida de 32 para 30 por mil crianças e a taxa de mortalidade por doenças cérebro-vasculares, de 108,3 para 81,3 por 100 mil habitantes.

Em relação à atenção especializada, que compreende ações e serviços cuja prática clínica demanda a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos sofisticados de apoio diagnóstico e terapêutico, a responsabilidade de provisão é partilhada com a Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte.

O Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Natal dispõe de cerca de 1.900 leitos hospitalares distribuídos entre prestadores públicos, com 1.050 leitos (55,3%); filantrópicos, com 170 (9%); e privados, com 680 (26,8%). Para uma população estimada para 2004 de 755.068 habitantes, isto corresponde a uma média de 2,51 leitos para cada 1.000 habitantes. Do total geral de leitos, aproximadamente 10% são leitos de Obstetrícia, 17% de Pediatria e 25% de Psiquiatria, e os 48% restantes, de outras especialidades.

Em 2003 estes leitos produziram cerca de 63.000 internações, sendo 57%

de pacientes residentes em Natal e 43% provenientes de outros municípios. Considerando-se apenas a Clínica Cirúrgica, esta situação se inverte, pois mais de 57% são pacientes vindos de outros municípios e cerca de 43% do Município de Natal.

Esta situação exige que a Secretaria Municipal de Saúde desenvolva com rapidez e eficiência um sistema de regulação de internações, exames e consultas especializadas que possibilite uma melhor organização da demanda e reduza a **deficiência na atenção à saúde da população**.

Saneamento Ambiental

Garantir à população do município água de boa qualidade e os serviços de drenagem, esgotamento sanitário e coleta do resíduos sólidos na amplitude que o processo de urbanização exige, tem sido o desafio maior das ações de saneamento ambiental. Tal desafio tem, em certa medida, provocado um **descompasso entre o Processo de Urbanização e a Oferta dos Serviços de Infra-estrutura de Saneamento Ambiental**.

O esgotamento sanitário é um requisito indispensável para a boa qualidade de vida. Da água distribuída pelo sistema de abastecimento público e efetivamente utilizada nas atividades humanas, 80%, em média, é transformada em esgoto, que deve ser coletado e tratado antes de lançado no solo ou em corpos de água (DIAS et al., 1999).

O tratamento prévio dos esgotos urbanos e industriais é fundamental para a conservação dos recursos hídricos em padrões de qualidade compatíveis com a sua utilização para os mais diversos fins. As águas subterrâneas, embora mais protegidas da poluição, não estão imunes e podem ser consideravelmente comprometidas, com o agravante de terem recuperação lenta.

Dos 177.783 domicílios de Natal apenas 25,5%, que corresponde a 45.261 domicílios, possuíam esgotamento sanitário em 2000. O esgotamento do restante dos domicílios era feito por fossa séptica com 46,4%, fossa rudimentar, 25,4%, e os demais, 2,7%, por outras formas de desaguadouros. Dos domicílios ligados à rede geral de esgoto, a maioria encontra-se nas regiões Leste e Oeste, correspondendo a 89,3% do total de domicílios ligados à rede (BARROSO, 2003b).

A distribuição dos domicílios com esgotamento sanitário em cada região administrativa apresentava a região Leste com 70,7% e a região Oeste com 40,6%, enquanto nas regiões Norte e Sul os percentuais baixam consideravelmente para 3,8% e 6,2%, respectivamente (BARROSO, 2003b). A Figura 08 mostra o mapa da distribuição espacial por bairro dos percentuais de domicílios sem esgotamento sanitário.

Com relação aos outros componentes do saneamento ambiental, do total de domicílios existentes em Natal, 97,2 % são ligados à rede geral de água e 97,6% são atendidos pela coleta de resíduos domiciliares.

Em 2000 o município contava com 177.783 domicílios particulares permanentes, com uma densidade domiciliar de 4,0 pessoas por domicílio. Deste total, 33,6% estão na região Norte, 26,5% na Oeste, 23% na Sul e 16,9% na Leste.

Segundo dados da SEMTAS apud SEMURB (2003) em 2001 existiam em Natal 70 assentamentos subnormais, distribuídos nas quatro Regiões Administrativas, abrigando uma população de 65.122 habitantes, 9% da população total da cidade; e 14.458 habitações, com uma densidade domiciliar de 4,5 pessoas, maior que a média verificada em Natal.

As regiões Administrativas Oeste e Norte concentram o maior número desses assentamentos e a maior população. Juntas, somam 48 assentamentos e 49.499 habitantes, que correspondem a 76% da população e 75,8% do total das habitações nesses assentamentos, conforme mostra a Tabela 05.

Tabela 05 - Número de assentamentos subnormais (favelas), população e número de habitações, segundo a região administrativa - Natal - 2003						
Região Administrativa	No. de assentamentos		População		Habitação	
	Abs.		Abs.	%	Abs.	%
Norte	20		22.203	34,1	4.788	33,1
Leste	11		10.323	15,9	2.361	16,3
Oeste	28		27.296	41,9	6.176	42,7
Sul	11		5.300	8,1	1.133	7,8
Total	70		65.122	100,0	14.458	100,0

Fonte dos dados básicos: SEMTAS apud SEMURB, 2003

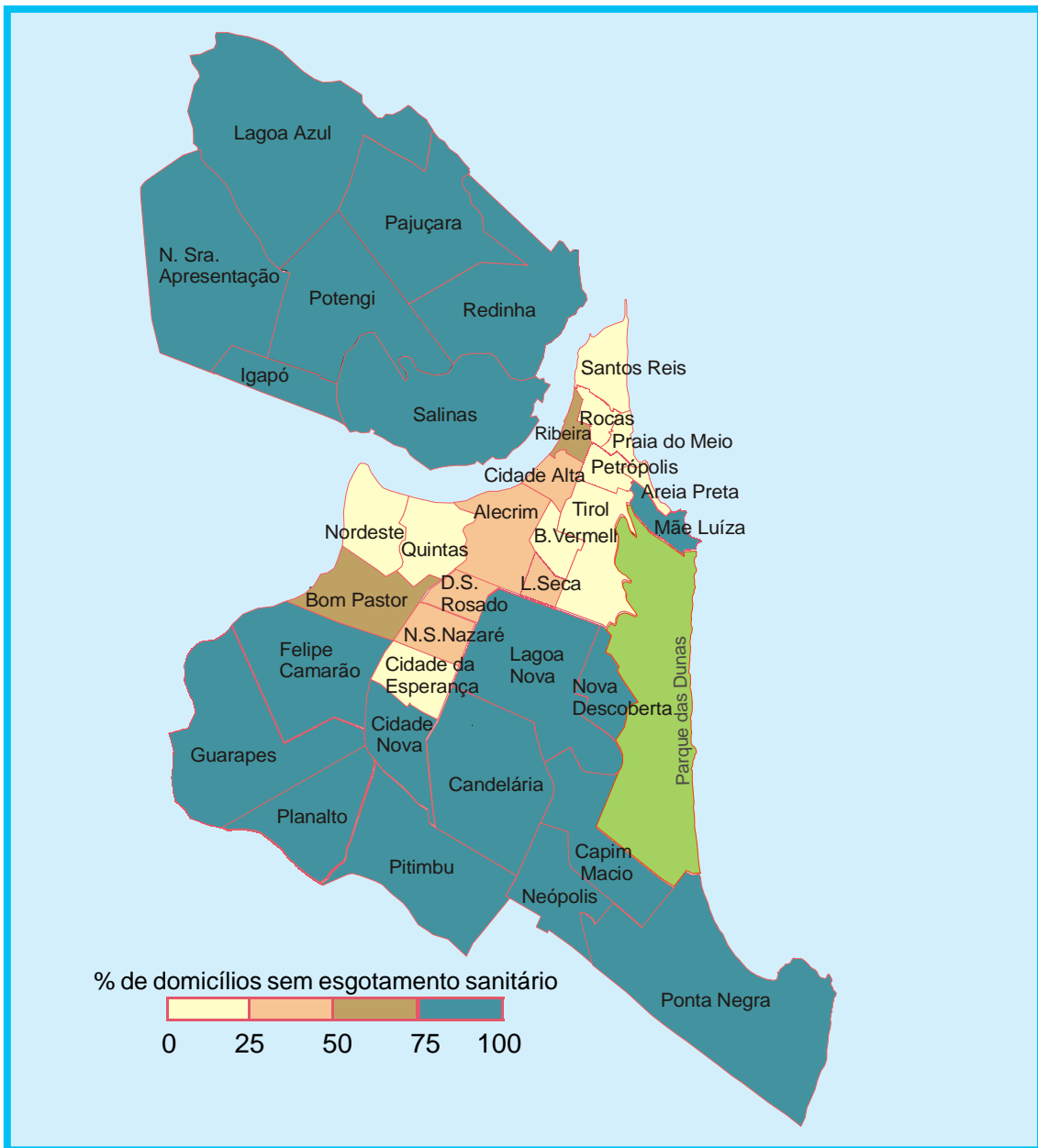


Figura 08 - Mapa da distribuição espacial por bairro do percentual de domicílios sem esgotamento sanitário - Natal - 2000

Fonte: SEMPLA, 2003

Exclusão Social e Segregação Espacial

Sob a ótica do potencial econômico e das condições sociais de sua população, coexistem dentro de Natal três cidades: a cidade dos pobres, a cidade dos remediados e a cidade dos ricos (FRANÇA, 2003).

Esta realidade fica bem caracterizada quando se lança mão de um conjunto de indicadores que traçam de forma inequívoca sua realidade social e econômica. A cidade dos pobres é constituída de famílias que moram em bairros periféricos com renda média dos chefes de domicílio de R\$ 375,00 e que corresponde a uma parcela de 50% da população total de Natal. A renda de 56% dos chefes de domicílios é menos de dois salários mínimos; as suas mulheres têm, em media, 3,7 filhos, a maior taxa de fecundidade observada; o crescimento de sua população apresenta uma taxa geométrica média anual de 4,2%; para cada grupo de 100 pessoas com mais de 15 anos, 18 são analfabetas; para cada grupo de 100 jovens menores de 15 anos, existem apenas 12 pessoas idosas com mais de 65 anos. Além disso, apresenta a maior densidade domiciliar, com uma média de 4,2 pessoas por domicilio. Configura-se nesta cidade a combinação de juventude e pobreza morando juntas, potencializando os fatores de vulnerabilidade e riscos de desvios sociais, requerendo do poder público uma política efetiva de **Atenção ao Jovem**.

A cidade dos remediados concentra 24% da população que em sua maioria mora nos bairros mais antigos da cidade, cuja renda média é de R\$ 743,00. Nesta cidade, 40% dos chefes de domicílios ganham menos de dois salários mínimos e suas mulheres têm, em média, 2,1 filhos. O crescimento de sua população apresentou taxa negativa de 1,16% na última década e seu índice de envelhecimento é de 30 idosos para cada grupo de 100 jovens. A taxa de analfabetismo adulto é de 10% e a densidade domiciliar é 3,9 pessoas por domicilio.

Nos bairros que formam a cidade dos ricos se concentra 26% da população de Natal, cuja renda média atinge R\$ 2.007,00. A fecundidade das mulheres na cidade dos ricos é de apenas 1,0 filho por mulher e o correspondente crescimento demográfico é baixo, apresentando uma taxa de 0,32% ao ano. Em comparação com a cidade dos pobres é uma cidade envelhecida, pois para cada grupo de 100 jovens com menos de 15 anos de idade há 33 pessoas com mais de 65 anos. Nesta cidade, o analfabetismo é relativamente baixo, apenas 4%, e sua densidade domiciliar é a mais baixa de Natal, com 3,7 pessoas por domicilio.

De uma forma mais abrangente, pode-se constatar a existência dessas três cidades através do estudo Mapeando a Qualidade de Vida em Natal (BARROSO, 2003b), onde foi criado um índice envolvendo indicadores das áreas de educação, renda e

meio ambiente, denominado Índice de Qualidade de Vida, através do qual os 36 bairros da cidade são classificados em três categorias de nível de qualidade de vida: baixo, médio e alto. Isso resultou na divisão da cidade em três grupos, apresentando a maioria dos bairros das regiões Norte e Oeste um baixo índice de qualidade de vida e a maioria dos bairros da região Sul um alto índice.

A rápida urbanização de Natal, com seus efeitos positivos de um lado e seus efeitos negativos de outro, coloca como problema aos estrategistas do planejamento urbano o desafio de gerenciar três cidades dentro do mesmo espaço urbano, onde a correlação de forças tem feito prevalecer a cidade dos ricos em detrimento da cidade dos mais pobres.

A concentração da população, cada vez mais pronunciada nas grandes cidades, tem provocado uma série de alterações profundas no que diz respeito principalmente à mudança de valores, propiciando facilidades para a expressão da **Violência Urbana**.

Estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) traça o Mapa da Violência em 67 países, onde o Brasil encontra-se incluído, revelando uma violência crescente, que o coloca como o 4º mais violento e o 5º na morte de jovens (VIOLÊNCIA, 2004).

A pesquisa revelou também a interiorização da violência, fato que, segundo a UNESCO, pode estar relacionado com a melhoria do aparato estatal das metrópoles e capitais.

Nesse contexto é observado o ranking das 27 capitais brasileiras, Natal classifica-se em 2º lugar entre aquelas que apresentam a menor incidência de violência entre jovens de 15 a 24 anos.

As desigualdades socioeconômicas, dentre outros fatores, têm favorecido a incidência da violência, face à impossibilidade de atendimento às necessidades básicas. A pobreza não é causa da violência. No entanto, quando aliada à dificuldade de acesso a necessidades fundamentais, em função da deficiência na distribuição dos serviços públicos, torna a população mais vulnerável à criminalidade.

No que diz respeito às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, o Censo de 2000 (IBGE, 2001) registrou em Natal um contingente de 21,7% de sua população, situando-o um pouco acima do verificado no Estado. Das pessoas portadoras de pelo menos uma deficiência, tem-se que 11,8% são deficientes mentais e 3,2% são tetraplégicos ou hemiplégicos permanentes; no Estado esses percentuais são de 10,9% e 3,1%, respectivamente.

Tal quadro tem-se constituído para a administração pública municipal um permanente **desafio na busca do atendimento adequado a dois segmentos da população: o idoso e a pessoa portadora de necessidades especiais.**

Transporte e Mobilidade Urbana

Na análise da problemática do transporte e da mobilidade no município de Natal, não se pode perder de vista os impactos da interdependência entre os municípios da região metropolitana, nem a perspectiva de planejamento e gestão dos transportes integrados, principalmente considerando que as atividades turísticas normalmente se situam no exterior deste município, principalmente na linha litorânea. Entretanto, os fluxos normalmente se destinam a ou se originam em Natal.

O Porto de Natal e o Aeroporto, no município de Parnamirim, dão suporte ao desenvolvimento turístico e são muito importantes para o desenvolvimento da economia local. Da mesma forma, o futuro aeroporto, no município de São Gonçalo do Amarante, terá um papel relevante na dinamização regional, face ao esperado crescimento dos movimentos de carga nos próximos anos, referentes a exportação e importação.

A posição geográfica do Porto de Natal provoca fluxos rodoviários pelas áreas centrais da cidade, principalmente cargas de frutas, vindas do interior do Estado, já que os serviços ferroviários de carga não atingem a todas as localidades produtoras. Além disso, a mesma via ferroviária suporta a operação dos trens de subúrbio de passageiros da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

As barreiras físicas naturais do sítio urbano de Natal e as localizações dos terminais de transporte influenciaram a evolução físico-espacial da cidade, especialmente quanto ao seu sistema viário.

A ocupação do solo urbano de Natal, desde a década de 40, esteve historicamente vinculada aos eixos rodoviários (LIMA, 2001). Somada à política habitacional predominante na década de 70 e 80, quase que totalmente baseada na produção de conjuntos habitacionais, implicou em significativos vazios urbanos, geradores de grandes deslocamentos em veículos rodoviários, sejam coletivos ou particulares.

Os conjuntos habitacionais eram destinados à população de baixa renda, da mesma forma que para a população de maior poder aquisitivo. Com uma diferença: para a parcela de menores rendimentos, os conjuntos foram localizados na Zona Norte, e os destinados aos setores médios da população, na Zona Sul.

Todos estes fatores geográficos, políticos e culturais aliados à localização das atividades comerciais e de serviços, geralmente ofertados pelo poder público em áreas mais centrais, implicaram numa cidade extremamente dependente de veículos motorizados.

De acordo com o Relatório Estatístico do Departamento de Trânsito do Rio Grande do Norte - DETRAN/RN (2003), os eixos da malha viária de Natal (Figura 09) considerados principais no fluxo de veículos e passíveis de ocorrência de acidentes, que são objeto de estudo visando a melhoria e prevenção, são os seguintes: Av. Hermes da Fonseca, Av. Salgado Filho, Av. Romualdo Galvão, Av. Prudente de Moraes, Rua Jaguarari, Av. Deodoro da Fonseca, Rua Olinto Meira, Av. Rio Branco, Av. da Integração, Av. Interv. Mário Câmara, Rua Mário Negócio, Av. Cel. Estevam, Av. Dr. João Medeiros Filho, Av. das Fronteiras, Via Costeira, Av. Alexandrino de Alencar, Av. Presidente Bandeira, Av. Bernardo Vieira, Av. Felizardo Moura, Av. Antônio Basílio, Av. Amintas Barros, Av. Miguel Castro, Av. Lima e Silva, Av. Cap. Mor Gouveia, Av. Roberto Freire, Av. Airton Senna.

A malha viária de Natal conta com aproximadamente 1.200 ruas e avenidas, orientadas predominantemente no sentido norte-sul e leste-oeste, sendo 40% pavimentadas com asfalto, 50% com paralelepípedo e 10% sem pavimentação (DETRAN-RN, 2003).

De acordo com o Consórcio Natal 2015 (2000), Natal apresenta problema de mobilidade caracterizado por longos deslocamentos obrigatórios casa-trabalho, casa-escola, casa-comércio e outros, além da diversificação espacial desses deslocamentos, tanto na origem como no destino, da dificuldade de opção por deslocamentos não-motorizados, e da coincidência de itinerários dos transportes coletivo e particular.

A segregação residencial, principalmente relacionada aos bairros residenciais de baixa renda, gera demandas de transporte para as áreas que concentram a oferta de empregos, que se somam àquelas necessidades de deslocamento para as áreas de oferta dos serviços de saúde, de educação, de abastecimento e de lazer, que por sua vez também apresentam uma má distribuição espacial. Essas demandas, por serem em um único sentido, geram saturação em horário de pico, tanto para operação de transporte coletivo como de transporte particular, implicando na redução da eficiência e na diminuição da atratividade do transporte coletivo face a outros modos privados ou semi-coletivos de deslocamento.

De acordo com os dados do DETRAN (2003), Natal conta com uma frota de 191.941 veículos, apresentando a relação de quatro habitantes por veículo.

Dados da Secretaria de Transporte e Trânsito Urbano (STTU, 2004) revelam que no Sistema de Transporte Público de Passageiros (STPP) estão registrados 751 ônibus, 1.010 táxis, 177 veículos opcionais (vans), 304 transportes escolares, duas linhas de trem e duas balsas. No entanto, sabe-se que apesar da regularização do serviço prestado pelos opcionais, não foi possível ainda inibir a operação de veículos clandestinos.



Figura 09 - Mapa dos principais eixos da malha viária de Natal

Fonte: DETRAN, 2003

O transporte coletivo por ônibus em Natal, gerenciado pela STTU, possui 88 linhas, operadas por sete empresas privadas em regime de permissão, operando de forma convencional e quase sem integração, transportando em média 350.000 passageiros por dia.

Portanto, deduz-se que a problemática decorrente da **Fragilidade no Sistema de Transporte e Mobilidade Urbana** em Natal é um desafio a vencer com a cooperação entre o Governo do Estado e as Prefeituras de Natal e dos municípios da Região Metropolitana.

Cultura

A dinâmica da vida cultural da cidade, compreendendo o processo de produção e circulação de bens culturais, tem evidenciado algumas questões que dificultam a consolidação desse processo, dentre as quais destacam-se: a inexistência de mapeamento cultural que identifique as necessidades e potencialidades do setor; as características dos produtores culturais, agentes públicos e privados que participam do processo; a falta de espaços para a exibição artística e para o trabalho de formação de recursos humanos; a insuficiência de recursos humanos qualificados, compreendendo produtores culturais, técnicos, gestores e todos aqueles profissionais que atuam na área cultural, inclusive no setor administrativo; a necessidade de valorização do artista local e de novos talentos; a inexistência de um calendário cultural com circulação ampla e periódica que divulgue a programação para moradores e visitantes; a falta de valorização das manifestações da cultura popular refletida nas dificuldades enfrentadas por grupos folclóricos, artistas populares e artesãos; a falta de estímulo à produção cultural de vanguarda; a não preservação da memória cultural; a falta de interação da cultura com o turismo e a educação; a dificuldade de acesso da população aos bens e espaços culturais.

Com essas preocupações e tendo como tema “Cultura e Desenvolvimento Sustentável”, a Prefeitura Municipal do Natal promoveu no dia 18 de junho de 2004 a 1ª Conferência Municipal de Cultura, com o objetivo de propor diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Cultural.

O documento-base (FUNCARTE, 2004), que fundamentou as discussões, identifica como uma das dificuldades para a elaboração de uma política cultural convencer o conjunto do governo da necessidade de considerar cultura como prioridade da gestão pública e não como uma atividade secundária, desnecessária à população. Por essa razão, o fazer cultural é visto na maioria das vezes como ações ou programas desarticulados e não como um conjunto de diretrizes e procedimentos que orientam a prática das instituições de promoção à cultura.

Portanto, para se estabelecer um trabalho mais abrangente, é preciso definir uma política que contemple o desenvolvimento de práticas culturais e a democratização do acesso da população aos bens culturais.

Nessa perspectiva, o problema identificado de **Fragilidade da Política Governamental de Apoio à Cultura** impõe-se como um desafio a ser enfrentado.

Considerando a abrangência da questão, a ação do governo neste segmento deve pautar-se pelo princípio da intersetorialidade, priorizando a interação com as demais políticas, em especial com a educação e o turismo, setor que se apresenta atualmente com grande potencial de geração de oportunidades econômicas na Região Metropolitana de Natal.

Para tanto é indispensável pensar a cultura como setor produtivo, fundamental ao desenvolvimento sustentável e à cidadania.

Dinâmica Econômica

É inegável a importância de Natal como pólo concentrador de atividades econômicas, principalmente atividades comerciais e de prestação de serviços. Para Natal, converge a população do Estado em busca de mercadorias e serviços especializados.

Desempenho da Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) de Natal cresceu pouco mais de 7,3 vezes no período de 1970 a 1996, passando de US\$ 508.676 mil, a preços de 1998, para US\$ 3.717.269 mil. A evolução do PIB de Natal, comparada com a do Rio Grande do Norte e mostrada na Figura 10, revela que na década de 70 este evoluiu pari passo ao PIB do RN, passando a partir dos anos 80 a apresentar um crescimento diferenciado em relação ao do Estado. Isto é explicado pelo fato de Natal ter experimentado maior dinamismo econômico decorrente da expansão das atividades comerciais, de serviços e da construção civil, ensejado, no caso deste último setor, pelo processo de verticalização e especialmente pelo crescimento da cadeia de negócios da atividade turística.

Por conta disso, Natal concentra 38% da arrecadação total do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado e 72% da arrecadação da Região Metropolitana.

A receita arrecadada no município de Natal teve um crescimento nominal de 52,4%, em 2002, se comparado com o resultado obtido em 1999. Entre as receitas

correntes, as transferências correntes, onde estão inseridos os repasses constitucionais como a cota-parte do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), transferidos do Estado e União para o Município, contribuíram com 66,8%. A receita tributária com 22,4% e as outras receitas correntes com 10,9% complementam a receita total.

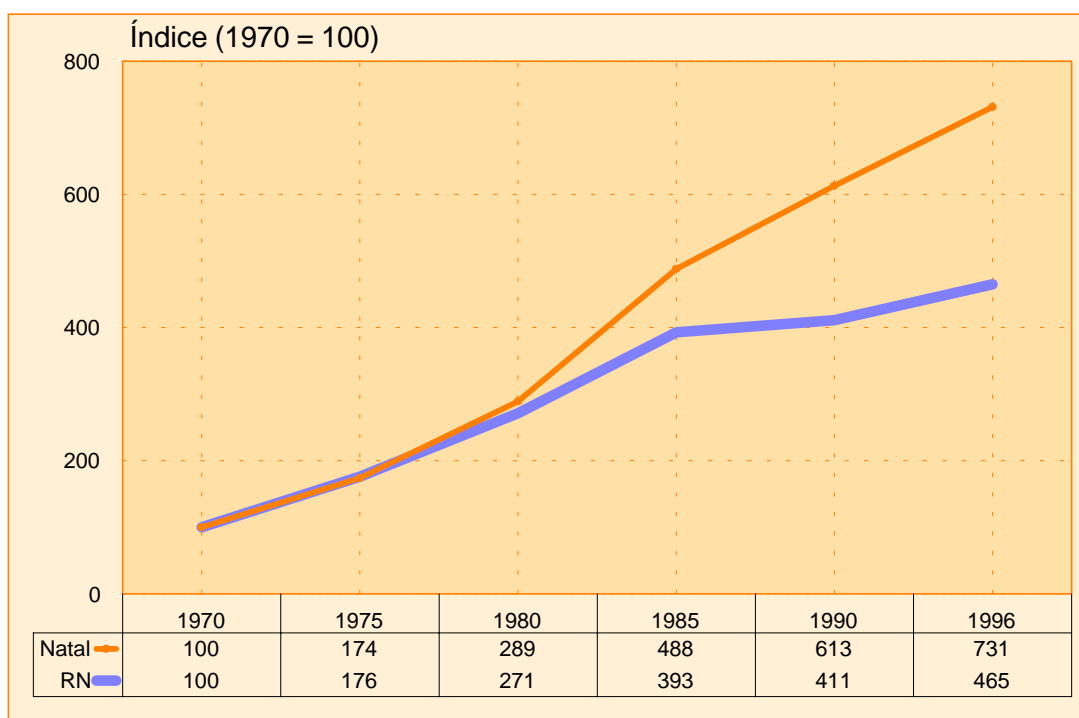


Figura 10 - Gráfico da evolução do Produto Interno Bruto - PIB de Natal e do Estado, no período 1970 - 1996

Fonte dos dados básicos: IBGE; IPEA

Tabela 06 - Receita arrecadada no município de Natal, segundo a natureza, no período 1999/2001 (R\$ 1.000,00)						
Ano	Total	Receitas Correntes				Receitas de Capital
		Total	Tributária	Transferências Correntes	Outras Receitas	
1999	253.163,50	247.185,19	52.714,13	174.273,36	20.197,71	5.978,30
2000	309.090,19	305.459,48	61.194,19	208.300,20	35.965,08	3.630,71
2001	363.776,30	363.523,95	70.873,10	252.772,27	39.878,58	252,35
2002	385.928,24	385.928,24	86.350,59	257.684,72	41.892,94	-

Fonte: Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

A despesa realizada no município, em 2002, atingiu o montante de R\$ 385.341,00 representando um crescimento nominal de 72,6% em relação a 1999. Desse total, 91,6% foi destinado para as despesas correntes e 8,4% para as despesas de capital. O pagamento de pessoal e encargos, que em 1999 representava 50,5% da

despesa realizada no exercício, teve essa participação reduzida para 49,2% em 2002. A parcela de recursos aplicados em investimentos aumentou de 3,6% para 7,8% no mesmo período (AGENDA, 2004).

Turismo

Nos últimos anos, a atividade turística no Rio Grande do Norte tem experimentado um crescimento expressivo, observado em alguns dos principais aspectos relacionados a setores como hospedagem, lazer e transporte.

O amplo leque de atrações oferecidas por Natal e região circunvizinha, com variadas opções de praias, dunas, coqueirais e lagoas, além da hospitalidade que caracteriza a população, coloca esta região como ponto de convergência de turistas em viagem à Região Nordeste do país.

De acordo com a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), o fluxo turístico anual na Região Metropolitana de Natal tem-se mantido em torno de um milhão de visitantes, verificando-se no período 1999/2003 variações positivas e negativas não superiores a 10%.

Os atrativos naturais têm sido o fator decisório para o turista que, em 2002, apontou-os como responsável por cerca de 81% entre os motivos das viagens a passeio, que, por sua vez, representam 50,3% das intenções do fluxo turístico, de acordo com a Pesquisa Turismo Receptivo – 1999/2002 (SETUR,2003 apud SECTUR,2003).

Tabela 07 - Fluxo Turístico na Grande Natal - 1999/2003			
Ano	Brasileiros	Estrangeiros	Total
1999	846.537	70.222	916.759
2000	925.065	83.370	1.008.435
2001	985.095	104.015	1.089.110
2002	882.227	117.467	999.694
2003	837.911	168.855	1.006.766

Fonte: SETUR apud SECTUR (2003)

Levantamento realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-RN e pela SETUR mostram que em 2002 Natal contava com 1.764 equipamentos turísticos, dentre os quais 186 unidades de hospedagem, com um total de 19.721 leitos.

Esta infra-estrutura, que em 2002 ofereceu 64.100 postos de trabalho, dos quais 62.874 entre fixos e diretos, propiciou em 2003 uma receita de US\$ 259.969 mil (SETUR, 2003 apud SECTUR,2003). Tal receita significou um gasto total per capita do turista de US\$ 258,22 que, de acordo com o perfil de comportamento constatado nos últimos anos, destina 26,7% para diversão, 24,9% para alimentação, 22,4% para compras e os restantes 26% com hospedagem, transporte e outros.

Tabela 08 - Equipamentos Turísticos em Natal - 2002

Setores	Total
Agências de viagens	101
Alimentação	1.173
Entretenimento	267
Hospedagem	186
Locadoras de veículos	37
Total	1.764

Fonte: SEBRAE-RN/SETUR apud SECTUR, 2003

Tabela 09 - Empregos gerados pelos Equipamentos Turísticos em Natal - 2002

Mão de obra empregada	Total
Número de empregos fixos	10.479
Emprego direto	52.395
Emprego temporário	1.226
Total	64.100

Fonte: SEBRAE -RN/SETUR apud SECTUR, 2003

Tabela 10 - Receita Turística na Grande Natal no período 1999 - 2003 (US\$ 1,00)

Ano	Brasileiros	Estrangeiros	Total
1999	194.834.014	32.455.668	227.289.682
2000	170.186.232	30.545.106	200.731.338
2001	142.820.356	30.983.343	173.803.699
2002	127.117.209	34.882.823	162.000.032
2003	182.252.551	77.716.364	259.968.915

Fonte: SETUR apud SECTUR, 2003

A evolução da atividade turística em Natal e na sua Região Metropolitana mostra, claramente, a sua importância como atividade econômica relevante, contribuindo significativamente para a criação de empregos e geração de renda, papel que requer da administração pública empenho no sentido de superar **Deficiência das Ações de Planejamento e Gestão do Turismo**.

Trabalho

As mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, envolveram inflexões no mundo do trabalho, com a introdução de novas formas de gestão e organização da produção, nas quais predominam as formas produtivas flexibilizadas caracterizadas, entre outras, pela desregulamentação do trabalho.

Por outro lado, radicais mudanças tecnológicas com a utilização massiva da microeletrônica, da informática e da robótica, resultaram na extinção de postos de trabalho agravando o problema do desemprego no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento.

No Brasil, a desregulamentação do trabalho inerente à produção flexibilizada exacerbou a tendência que historicamente caracteriza a economia brasileira, de formas de ocupação precárias e informais.

Nesse contexto o desemprego e o trabalho precário passaram a constituir-se numa ameaça para a grande parte dos trabalhadores e um desafio para os gestores públicos, exigindo a adoção de medidas macroeconômicas, como redução de taxas de juros e de encargos sociais e medidas de incentivo à criação de novos empregos e de geração de renda, através de programas para admissão de jovens, criação de pequenos negócios e capacitação profissional.

Segundo Pesquisa sobre Emprego e Desemprego (PED) realizada em 1999 pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais do Rio Grande do Norte (DIEESE/RN, 2002), a taxa de desemprego registrada na Região Metropolitana de Natal é de 17,3%, representando 71 mil pessoas sem colocação no mercado de trabalho. Natal, que concentra 70,2% da população da Região Metropolitana, apresenta índice praticamente idêntico, com uma taxa de 17,2% de desempregados.

A distribuição do pessoal ocupado por setor econômico em Natal apresenta um quadro semelhante ao de sua Região Metropolitana, destacando-se o setor de serviços, que absorve 52,2% de todo o contingente ocupado.

Tabela 11 - Pessoal ocupado, segundo o setor de atividade econômica do trabalho principal - Natal - 1999		
Setor	Natal	RN
Indústria de Transformação	11,7	12,8
Comércio	18,2	16,7
Serviços	52,2	49,5
Serviços Domésticos	10,4	15,3
Construção Cívica	7,5	5,7

Fonte: DIEESE/RN, 2002

Aspecto relevante e que deve referenciar os programas de combate ao desemprego situa-se nos dados referentes ao nível de escolaridade e à faixa etária dos desempregados. A pesquisa realizada pelo DIEESE constata que a maioria dos desempregados é jovem e com escolaridade abaixo do 1º Grau, conforme mostra as Tabelas 12 e 13. Observa-se que, dos desempregados, 54,4 % são analfabetos ou possuem apenas o 1º Grau incompleto e que 58,9 % possuem idade até 29 anos.

Tabela 12 - Distribuição dos desempregados na Região Metropolitana do Natal, segundo o nível de instrução - 1999

Nível de Instrução	% Desempregado
Analfabeto	10,5
1º Grau incompleto	43,9
1º Grau completo + 2º Grau incompleto	23,5
2º Grau completo e mais	22,1

Fonte: DIEESE/RN, 2002

Tabela 13 - Distribuição dos desempregados na Região Metropolitana de Natal, segundo a faixa etária - 1999

Faixa etária (anos)	% Desempregado
Até 19	19,7
20 a 29	39,2
30 a 39	24,7
40 a 50	11,1
51 e mais	5,3

Fonte: DIEESE/RN, 2002

Neste cenário a melhoria do nível de escolaridade e a capacitação profissional, articulada às demandas do setor produtivo, devem constituir prioridade nos programas de **combate ao desemprego**.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Natal é o primeiro município do Rio Grande do Norte a instituir um sistema de incentivo à ciência e tecnologia. Em 04 de fevereiro de 2004, através da Lei nº 5.550, foram criados o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (COMCIT) e o Fundo Municipal de Apoio à Ciência e Tecnologia (FACITEC).

O COMCIT é composto por 15 membros, com representação da comunidade científica, dos empresários da indústria, comércio e serviços, do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e da Prefeitura e Câmara Municipal de Natal.

Dentre os objetivos da política municipal de ciência e tecnologia, cuja responsabilidade de proposição ao governo municipal cabe ao COMCIT, estão a melhoria da qualidade de vida da população, a geração de ocupação e renda e o fortalecimento e a ampliação da base técnico-científica existente, constituída por centros de ensino e pesquisa e unidades de produção de bens e serviços.

A iniciativa da implantação do sistema municipal de ciência e tecnologia é explicada, em parte, pela mobilização da comunidade científica e pelo posicionamento inovador da administração local, que se somam ao nível de exigência sempre crescente de grande parcela da população, motivado pela expansão da oferta de cursos de nível superior e outras oportunidades de caráter técnico-científico oferecidas por diversas instituições.

De acordo com o Sistema Prossiga nos Estados (PORTAL, 2004), dentre as instituições de pesquisa, ensino superior e institutos de tecnologia existentes atualmente em Natal, destacam-se: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN); Universidade Potiguar (UNP); Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN); Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (FACEX); Faculdade de Natal (FAL); Faculdade Câmara Cascudo (FCC); Faculdade de Ciências Empresariais e Estudos Costeiros de Natal (FACEN); Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN); Escola de Turismo e Hotelaria Barreira Roxa (ETHBR); Instituto Brasil de Pesquisa e Ensino Superior (IBRAPES); Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA); e Centro de Tecnologia do Gás (CTGÁS).

Soma-se a este potencial a iniciativa para criação do Instituto Internacional de Neurociência, primeiro centro brasileiro de referência internacional em estudos do cérebro, caracterizando-se como o mais ousado projeto de medicina moderna no Nordeste, a ser implantado em terreno doado pela UFRN no município de Macaíba, na Região Metropolitana de Natal. O projeto conta com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação e de outras instituições nacionais e internacionais.

Com a previsão da instalação de laboratórios destinados à pesquisa sobre o funcionamento do sistema nervoso, o Instituto ampliará as frentes de Ciência e Tecnologia no país, devendo atrair investimentos e pesquisadores brasileiros que se ausentaram para desenvolver seus trabalhos em outros países.

Este projeto não se limitará à construção de um instituto de pesquisa de ponta em Neurociência. Prevê, ainda, o funcionamento de uma escola de ensino fundamental e médio dotada de recursos educacionais inovadores na área e o primeiro Centro de Saúde Mental Infante-Juvenil do Nordeste, voltado para o acompanhamento e tratamento de crianças com distúrbios neurológicos e psiquiátricos (SOUZA,2003).

A importância da Neurociência se reflete também na área econômica, pois envolve recursos tecnológicos e procedimentos da indústria de biotecnologia.

O município de Natal, reconhecendo a importância de parcerias nesta área, tem procurado interagir com outros municípios cujas políticas de Ciência e Tecnologia já se encontram implementadas. Com este objetivo vem participando do Fórum Nacional de Secretários Municipais da Área de Ciência e Tecnologia, contribuindo no processo de discussão.

Recentemente o fórum incorporou a sua agenda o conceito de inovação, completando o tripé Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), direcionando o seu trabalho para as seguintes áreas de atuação: os arranjos produtivos locais; o fomento à pesquisa e o desenvolvimento local (agricultura familiar, agronegócio, aproveitamento de resíduos sólidos, turismo ecológico e cultural); o programa de empreendedorismo (formação, incubação de empresa e pós-incubação); o programa nacional de incubadoras de cooperativas populares; os programas de tecnologias sociais apropriadas; o programa do uso do poder de compra do estado para empreendimentos populares; o programa de gestão municipal de CT&I integrada (saúde, gestão urbana, habitação, saneamento, transporte, educação para o trânsito, ensino pré-escolar e fundamental, preservação ambiental, patrimônio histórico e cultural, recursos hídricos, segurança pública); o programa nacional de capacitação tecnológica da população; os programas da Sociedade da Informação (SOCINFO) - informatização de bibliotecas públicas, conexão de escolas públicas a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), programa de capacitação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), governos eletrônicos e cidades digitais.

A participação de Natal no circuito nacional de CT&I aproveita as vantagens e avanços científicos e tecnológicos, como oportunidades que se abrem ao município e ao desenvolvimento do seu capital humano.

Administração Pública

Administração pública, ao gerenciar sistemas complexos, demanda, além da aptidão dos gestores, o conhecimento dos sistemas sociais e a articulação de, pelo menos, três importantes variáveis: um projeto de governo, viabilizado pela competência de identificar as necessidades da comunidade e de elaborar um conjunto de propostas exeqüíveis e eficazes no combate aos problemas detectados; a capacidade de administrar, conferida pelo acervo de técnicas, métodos e destrezas da equipe de governo e, finalmente, a governabilidade do sistema, ou seja, o capital político necessário para implementar as decisões.

A preocupação de bem articular tais condições é um ato constante da administração municipal, cujas soluções, em busca de alterações positivas na relação serviços/dispêndios, requerem medidas de natureza tecnicamente inovadora diante das mudanças situacionais, aceleradas nos últimos anos em decorrência do processo de urbanização.

O problema de qualquer administração municipal é, portanto, o desafio de acompanhar o processo de urbanização, acelerado não só pelo movimento migratório mas, também, pelo próprio crescimento vegetativo da população e a evolução das atividades produtivas, o que tem requerido um volume crescente de investimentos em infra-estrutura e equipamentos sociais.

Esta busca pela adequação da oferta de bens e serviços à população tem-se constituído numa questão crucial, pois os governos federal e estadual, pelas dificuldades que têm de equacionar os seus fluxos de caixa, repassam grande parcela de responsabilidade aos municípios, igualmente atingidos pelas dificuldades financeiras, gerando pressões sobre a administração municipal, que passa a se deparar com um quadro de crescente demanda de necessidades não atendidas, tendo como resultado a marcante desigualdade social, a exclusão de grande parcela da população e a insegurança que afligem a sociedade. Esta deficiência do Estado, convém salientar, não é fato recente, mas resultado de um processo histórico que produziu um modelo orgânico e funcional incompleto.

Diante deste quadro de dificuldades, a eficiência e a eficácia da gestão pública municipal, variáveis endógenas e possíveis de ser trabalhadas assumem um papel fundamental. Trata-se, desta forma, de desenvolver a capacidade do governo na utilização de seus recursos em ações que, efetivamente, dêem resposta às necessidades da comunidade.

Esta linha de conduta, de inquestionável capacidade de atuar positivamente na resolução dos problemas da gestão pública, não é tão simples como pode parecer, pois está inserida num contexto em que é necessário obter-se o equilíbrio das necessidades, competências e disponibilidade de recursos. Não se trata, portanto, de uma decisão operacionalizada através de um projeto que pode ser concluído, mas de um processo contínuo de ajustamento, ou seja, de aprimoramento da capacidade de governar.

O processo de aprimoramento da gestão pública enfrenta, ao longo de sua implementação, alguns pontos críticos que, não resolvidos convenientemente, passam a constituir-se verdadeiros obstáculos ao aperfeiçoamento da máquina administrativa. Dentre esses fatores impeditivos, são mais sintomáticos a inexistência de um processo sistematizado e integrado de identificação das necessidades da população; o inadequado sistema de informações para a tomada de decisões; a ausência de mecanismos de avaliação e controle de resultados das ações de governo; a insuficiente capacitação dos servidores; a desmotivação no desenvolvimento de suas funções; e, finalmente, a existência de distorções na estrutura funcional de órgãos e entidades que fazem a administração pública municipal. Depara-se, desta forma, com um quadro de **Inadequação Orgânica e Funcional da Administração Pública Municipal.**

A superação desse desafio, de forma a configurar-se um ambiente propício ao aperfeiçoamento da construção de uma administração moderna, capaz de maximizar a produtividade dos recursos utilizados na prestação de serviços e na oferta de condições para o desenvolvimento e bem-estar ao cidadão, só será possível mediante a adoção de um modelo de gestão que operacionalize:

- na administração dos recursos humanos, o fortalecimento de sua capacidade funcional, motivando-os à participação ativa nas ações de governo, como sujeitos do processo de mudança da realidade municipal;
- na administração fazendária, o equilíbrio das contas e uma maior eficiência na execução das despesas;
- na administração tributária, a ampliação, com responsabilidade social, das possibilidades para obtenção estável de recursos;
- no planejamento, a visão interdisciplinar e intersetorial da realidade municipal, mecanismo imprescindível à tomada de decisões e avaliação da ação governamental.

A análise dos indicadores apresentados corrobora a identificação dos Desafios/ Problemas apontados nas oficinas de trabalho, relacionados a seguir:

- Deficiência dos Serviços de Educação;
- Deficiência na Atenção à Saúde da População;
- Deficiência na Assistência a Segmentos Especiais da População;
- Descompasso entre o Processo de Urbanização e a Intervenção Governamental;
- Insuficiência dos Serviços de Infraestrutura do Saneamento Ambiental: Recursos Hídricos, Drenagem, Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos;
- Deficiência da Atenção ao Jovem;
- Violência Urbana;
- Fragilidades no Sistema de Transporte e na Mobilidade Urbana;
- Fragilidade da Política Governamental de Apoio à Cultura;
- Deficiência das Ações de Planejamento e Gestão do Turismo;
- Desemprego;
- Inadequação Orgânica e Funcional da Administração Pública Municipal.

Programas

Nortearon a concepção e proposição dos programas a preocupação com o desenvolvimento sustentável, compatível com a idéia de cidade saudável e entendido como ampliação das condições de vida e do exercício da cidadania da população e melhoria das condições ambientais do município.

A administração pública municipal, assumindo a sua responsabilidade, elegeu um plano integrado de ações como estratégia de garantir o acesso à moradia, aos serviços básicos do saneamento ambiental, em especial à água de boa qualidade, à mobilidade urbana e aos serviços de saúde, educação, cultura e lazer, bem como facilitar a geração de trabalho e renda.

O aprofundamento e aperfeiçoamento das ações em curso e a implementação de novas ações a partir dos programas definidos exigem mais que a decisão política e o esforço administrativo do governo municipal. Requerem a consolidação de parcerias com os governos federal e estadual e o conseqüente apoio e colaboração dos seus agentes.

Programa 01 - EDUCAÇÃO CIDADÃ

Objetivo

Universalizar a educação infantil e o ensino fundamental, mediante a ampliação da capacidade de atendimento e a elevação do nível de qualificação do magistério e do pessoal de apoio, atentando para a qualidade e relevância do ensino e sua integração com os demais níveis da educação.

Diretrizes

- ✓ Implementar um programa de educação para construção da cidadania.
- ✓ Implantar programa de valorização, formação e dedicação dos profissionais da educação.
- ✓ Abolir o analfabetismo no município.
- ✓ Reduzir o índice de evasão escolar.
- ✓ Reduzir o índice de violência, a partir do maior envolvimento e permanência da criança e do jovem na escola.

Estratégias

- Ø Implantar, gradativamente, o sistema integral nas escolas.
- Ø Implementar nas escolas atividades de estímulo ao empreendedorismo.
- Ø Preparar o jovem para seu ingresso no mercado de trabalho.
- Ø Expandir e melhorar a qualidade do atendimento às crianças de 04 a 05 anos, com construção de centros infantis.
- Ø Realizar ações integradas de educação para a Região Metropolitana de Natal.
- Ø Ampliar o quadro de pessoal docente e técnico de apoio às atividades de ensino.
- Ø Ampliar, melhorar e adequar a rede física de ensino à demanda da população.
- Ø Implantar programas de ações educativas complementares para alunos em período extra.
- Ø Fortalecer o programa bolsa-renda vinculado à educação.
- Ø Realizar atividades integradoras da escola à comunidade.
- Ø Implantar política de formação inicial e continuada, contemplando todo o corpo de servidores envolvidos com a atividade de ensino.
- Ø Ampliar programa de alfabetização de adultos.
- Ø Implantar políticas pedagógicas e utilizar os recursos da informática que auxiliem o desenvolvimento das habilidades do conhecer, fazer, ser e conviver.

Programa 02 - VIDA SAUDÁVEL

Objetivo

Elevar a qualidade de vida da população através de ações integradas de promoção à saúde, bem como garantir o acesso da população aos serviços de saúde, buscando a melhoria da qualidade da atenção, a humanização e a equidade de tratamento.

Diretrizes

- v Ampliar a oferta dos serviços de saúde.
- v Garantir uma rede de atenção integrada e hierarquizada dos serviços de saúde.
- v Humanizar o atendimento, definindo padrões de responsabilidade das equipes de saúde.
- v Valorizar os profissionais de saúde.
- v Oferecer, aos pacientes crônicos de hospitais psiquiátricos, a possibilidade de retomarem a vida com autonomia, respeitados os limites.
- v Estimular iniciativas de produção e difusão cultural, associadas às ações de saúde.

Estratégias

- Ø Implantar o Sistema Municipal de Regulação de leitos, consultas e exames.
- Ø Ampliar o número de Equipes de Saúde da Família, de forma a cobrir 70% da população do município.
- Ø Ampliar e reestruturar a rede de serviços de saúde.
- Ø Reformar e equipar as Unidades de Saúde.
- Ø Ampliar e qualificar a gestão participativa, com o resgate dos Conselhos Gestores das Unidades de Saúde e o aperfeiçoamento da Mesa Municipal de Negociação Permanente.
- Ø Implementar uma política de educação popular voltada à promoção da saúde, buscando eliminar falhas nas práticas sanitárias.
- Ø Implementar uma política de educação permanente em saúde.
- Ø Acompanhar e monitorar as ações desenvolvidas nas Unidades de Saúde em sistema de co-responsabilidade (nível central - unidades).
- Ø Construir uma Unidade Hospitalar em Traumatologia-ortopedia.
- Ø Ampliar a rede integrada de cuidados em saúde mental, implantando residências terapêuticas e Centros de Atenção Psico-social e Infância-juvenil.
- Ø Desenvolver ações articuladas de prevenção, acolhimento e acompanhamento no atendimento a pessoas em situação de violência.
- Ø Estruturar a rede de atenção à saúde do trabalhador.
- Ø Reestruturar o serviço de urgência e emergência.
- Ø Estruturar a área de assistência farmacêutica, incluindo a ampliação do Programa de Medicamento Individualizado.

Programa 03 - CONVIVÊNCIA CIDADÃ

Objetivo

Contribuir para a extinção da violação ao direito de igualdade e isonomia de tratamento aos idosos e portadores de necessidades especiais, dando-lhes condições para exercerem plenamente a cidadania.

Diretrizes

- v Ampliar o atendimento domiciliar ao idoso possuidor de algum tipo de dependência.
- v Ampliar a rede de atendimento aos portadores de necessidades especiais.
- v Garantir a acessibilidade do espaço urbano e dos equipamentos públicos ao idoso e aos portadores de necessidades especiais.
- v Oferecer o esporte, a cultura e o lazer aos segmentos especiais da população.
- v Estimular a convivência entre gerações.

Estratégias

- Ø Articular, entre os órgãos da administração pública municipal e a sociedade civil, as políticas de assistência aos segmentos especiais da população.
- Ø Desenvolver um plano integrado de atenção ao idoso e aos portadores de necessidades especiais.
- Ø Instalar centros de referência para atendimento aos segmentos especiais da população.
- Ø Implantar programas integrados voltados à oferta de atividades esportivas, culturais e de lazer aos segmentos especiais da população.
- Ø Estabelecer instrumentos de acompanhamento e avaliação da atuação da rede conveniada de prestação de serviços ao idoso e aos portadores de necessidades especiais.
- Ø Realizar campanhas informativas e educativas nos meios de comunicação de massa sobre os direitos e necessidades dos segmentos especiais da população.
- Ø Realizar ações educativas voltadas para a disseminação da prática de hábitos e atitudes cidadãs.

Programa 04 - DESENHO DA CIDADE

Objetivo

Estabelecer mecanismos e instrumentos necessários à regulação urbanística e à regularização fundiária, como forma de garantir um adequado uso e ocupação do solo urbano, preservando o patrimônio ambiental e paisagístico do município.

Diretrizes

- v Promover a regularização fundiária inserida num programa de inclusão social.
- v Estabelecer uma política de regulação urbana que contemple a preservação da cultura, do meio ambiente, o desenvolvimento do turismo e a garantia da mobilidade urbana.
- v Evitar a ocupação de áreas de risco ou de preservação ambiental.
- v Adotar uma política de habitação para o município, compatível com as características do espaço urbano e perfil socioeconômico da população.

Estratégias

- Ø Fortalecer a fiscalização ambiental e urbanística, a ser exercida de forma integrada pelos órgãos e entidades da administração pública municipal, responsáveis pela manutenção e preservação da qualidade ambiental.
- Ø Incorporar, no Plano Diretor, princípios e conceitos das políticas municipais voltadas para a preservação da cultura e do meio ambiente, o desenvolvimento do turismo e a garantia da mobilidade urbana.
- Ø Identificar a localização e características das ocupações irregulares existentes no município.
- Ø Implantar um Plano de Regularização Fundiária integrado aos programas voltados para a inclusão social.
- Ø Fortalecer os mecanismos de articulação entre órgãos e entidades da administração pública municipal com os vários segmentos da sociedade, mormente na concepção e implantação de programas de caráter socioeconômico e de desenvolvimento ambiental.
- Ø Ampliar a área de atuação dos programas habitacionais: Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e Habitar Brasil.
- Ø Implementar o Plano Municipal de Arborização e Áreas Verdes.
- Ø Implantar um programa hierarquizado de ações voltadas para a urbanização e complementaridade da infra-estrutura básica e de serviços urbanos.

- Ø Incentivar a formação de grupos de colaboração mútua em trabalhos comunitários que envolvam o uso e a ocupação do espaço urbano.
- Ø Realizar, de forma permanente, eventos destinados a disseminar a legislação urbanística.
- Ø Implantar um sistema permanente de monitoramento e avaliação de áreas passíveis de invasão.
- Ø Promover a contínua adequação das normas de proteção ambiental e paisagística.

Programa 05 - CIDADE SANEADA

Objetivo

Garantir, no processo de urbanização e de expansão das atividades produtivas do município, os direitos fundamentais à vida saudável, mediante a universalização do saneamento ambiental.

Diretrizes

- v Operacionalizar uma destinação adequada dos resíduos na Região Metropolitana de Natal
- v Garantir uma maior vida útil do aterro sanitário, reduzindo a quantidade de resíduos a serem depositados, em função da ampliação das atividades de reciclagem.
- v Fomentar a criação de emprego e renda, transformando os atuais catadores de lixo em agentes ambientais.
- v Eliminar os riscos de contaminação, cujos vetores sejam os resíduos dos serviços de saúde ou de atividades produtivas, bem como contribuir para reduzir os riscos de transmissão de doenças infecciosas e parasitárias.
- v Recuperar a área em Cidade Nova utilizada como destino final dos resíduos.
- v Garantir a adequada recarga do aquífero e sua qualidade para a utilização como abastecimento da população.
- v Garantir a proteção e qualidade de mananciais de superfícies e cursos d'água no âmbito da Região Metropolitana de Natal através de trabalho articulado com Comitês de Bacias Hidrográficas e Associações de Usuários.
- v Implementar as propostas oriundas da Conferência da Cidade do Natal, da Conferência do Meio Ambiente e da Conferência Municipal de Saneamento Básico, no que diz respeito ao Saneamento Ambiental.
- v Eliminar ligações clandestinas de esgoto na rede de águas pluviais, e de drenagem na rede de esgoto.
- v Adotar uma política de redução do consumo de energia elétrica nas estações elevatórias e de esgotamento, com a diminuição dos custos operacionais e da manutenção dos equipamentos existentes.

Estratégias

- Ø Elaborar um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal, com ênfase para a coleta seletiva de matérias recicláveis e incentivar a formação de cooperativas de catadores, envolvendo-os em programas específicos de qualificação.

- Ø Elaborar o Plano Diretor Integrado de Esgotamento Sanitário, Drenagem e Recursos Hídricos.
- Ø Implantar um consórcio intermunicipal, na Região Metropolitana de Natal, para operacionalizar a destinação dos resíduos.
- Ø Desenvolver e aplicar novas tecnologias para o processamento da reciclagem.
- Ø Desenvolver, permanentemente e de forma articulada, ações voltadas à educação ambiental nas escolas e conselhos comunitários.
- Ø Desenvolver campanhas educativas junto a população sobre ligações clandestinas de esgoto à rede pluvial e executar ações corretivas.
- Ø Elaborar uma Política de Eficientização Energética para o setor de Saneamento Ambiental.

Programa 06 - CRESCENDO COM CIDADANIA

Objetivo

Promover ações, implementadas de forma integrada pelos órgãos do poder público municipal e a sociedade civil, que busquem garantir ao jovem a proteção social, a escola de qualidade e alternativas de esporte, lazer e cultura.

Diretrizes

- v Desenvolver políticas de proteção social, tendo como referência a família e priorizando as mais vulneráveis.
- v Priorizar as ações voltadas para a oferta de qualificação e ocupação dos jovens que estejam entrando no mercado de trabalho.
- v Erradicar a exploração sexual das crianças e dos adolescentes.
- v Desenvolver, no jovem, a auto-estima, o espírito empreendedor e a capacidade de transformar a realidade.
- v Humanizar os centros de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas e em conflito com a lei.
- v Garantir o acesso do jovem às políticas e programas públicos voltados à promoção e desenvolvimento humano.
- v Reduzir o índice de violência, do uso de drogas e de outros comportamentos de risco, bem como diminuir a incidência da gravidez precoce e de doenças sexualmente transmissíveis na população infanto-juvenil.

Estratégias

- Ø Promover atividades culturais, esportivas e sócio-educativas que sejam capazes de atrair a população jovem.
- Ø Ampliar as metas de atendimento de programas voltados à promoção do jovem, já em curso, de forma a estender seus benefícios a toda população carente na faixa etária de 15 a 17 anos de idade.
- Ø Reativar programas voltados para o atendimento da população jovem acima de 17 anos de idade.
- Ø Realizar ações que possibilitem o fortalecimento dos vínculos familiares.
- Ø Promover parcerias com a sociedade civil para implementação e gestão de programas de assistência e promoção da criança e do jovem.

Programa 07 - CIDADE SEGURA

Objetivo

Desenvolver ações de modo articulado e integrado, de forma a universalizar os direitos sociais básicos, atendendo às demandas dos grupos da população socialmente mais vulneráveis, como atores passivos ou ativos, à violência.

Diretrizes

- v Democratizar o acesso às atividades culturais e aos serviços comunitários, nas várias regiões administrativas do município.
- v Estender, a toda população do município, ações sócio-culturais, educativas, esportivas e de promoção à geração de emprego e renda.
- v Articular os diversos programas e sistemas de recebimento de denúncias e acolhimento de vítimas da violência.
- v Fortalecer e reestruturar a rede de proteção à vítima da violência.
- v Reduzir o índice de violência e o consumo de drogas.
- v Atender à vítima da violência, de forma integrada e articulada com os vários órgãos e entidades da sociedade que, direta ou indiretamente, estejam comprometidos com o combate à violência.
- v Elevar a auto-estima dos jovens e das famílias, a partir do envolvimento em programas sociais.
- v Erradicar o trabalho infantil.

Estratégias

- Ø Ampliar o número de espaços culturais e de prestação de serviços, construindo e/ou utilizando instalações do patrimônio público municipal que se encontrem ociosas, dotando-as de arquitetura funcional à natureza e objetivos das atividades.
- Ø Ampliar a rede de iluminação pública atendendo com eficiência a todo o município.
- Ø Implantar um sistema de manutenção de iluminação pública disponível ao atendimento da população durante 24 horas.
- Ø Realizar um programa de capacitação profissional e inclusão no mercado de trabalho, orientado e articulado com a iniciativa privada.
- Ø Realizar campanhas educativas de prevenção às diversas formas de violência que se manifestam no cotidiano.
- Ø Implementar programas de combate às drogas e à violência, com a participação de entidades e atores sociais.
- Ø Criar um banco de dados, alimentado por uma rede de informações e estatísticas sobre a violência, de forma a permitir avaliar e redirecionar, quando necessário, planos e programas que tenham como objetivo reduzir os índices de violência.

- Ø Criar albergues, de forma a ampliar a capacidade de acolhimento aos necessitados.
- Ø Integrar as ações dos programas SOS Criança, SOS Idoso, SOS Mulher e SOS Pessoa Deficiente, entre outros, de forma a garantir uma maior eficiência na implementação e maior eficácia nos resultados pretendidos.
- Ø Implantar um programa integrado de atendimento à criança, ao adolescente e à família.
- Ø Ampliar o número de creches convenientemente equipadas, com funcionamento integral e independente do calendário escolar.
- Ø Desenvolver uma política interinstitucional de ocupação social, através de ações educativas, esportivas, culturais, de lazer e de geração de renda.
- Ø Fortalecer técnica e financeiramente as entidades e programas voltados ao combate à violência.
- Ø Fortalecer os programas de caráter social e assistencial.

Programa 08 - MOBILIDADE URBANA

Objetivo

Dotar o município com uma organização urbana e um instrumental regulador capaz de garantir a mobilidade e a acessibilidade necessárias para que a população tenha acesso ao trabalho, aos serviços essenciais e ao lazer.

Diretrizes

- v Ampliar a oferta do transporte intermodal na Região Metropolitana de Natal.
- v Aumentar a capacidade viária do município e sua segurança.
- v Eliminar pontos de estrangulamento existentes na malha viária do município.
- v Otimizar o desempenho operacional do Sistema de Transporte Público de Passageiros.
- v Ampliar a oferta de transporte e a oportunidade de deslocamento.
- v Aumentar a oferta de estacionamento, atentando para o seu disciplinamento em vias públicas.
- v Aperfeiçoar o controle do movimento de passageiros, objetivando otimizar o tempo de embarque e desembarque.
- v Otimizar os custos operacionais do Sistema de Transporte Público de Passageiros.
- v Reduzir o índice de poluição ambiental produzido pelo trânsito.
- v Fortalecer os mecanismos de participação da sociedade no processo decisório sobre as ações destinadas ao desenvolvimento do transporte e trânsito urbano.
- v Incentivar a parceria com a iniciativa privada na implantação de projetos e atividades de interesse mútuo.
- v Reduzir os riscos de acidentes e os custos operacionais com o trânsito, evitando bloqueios desnecessários.

Estratégias

- Ø Proceder a reorganização e articulação dos órgãos públicos municipais envolvidos com o planejamento urbano e com o transporte e trânsito, de forma que as ações guardem compatibilidade.
- Ø Implantar um plano de circulação, contemplando o segmento cicloviário. Implantar um programa de tratamento viário das áreas de interesse turístico e cultural.
- Ø Articular e integrar os municípios da Região Metropolitana de Natal na concepção e desenvolvimento de políticas voltadas ao transporte e ao trânsito urbano.
- Ø Promover uma maior integração entre os órgãos que direta ou indiretamente compõem o Sistema Nacional de Trânsito e Transporte Público em suas ações no município.
- Ø Implantar um programa permanente de educação para o trânsito.
- Ø Dar maior presteza ao programa de manutenção da malha viária e da sinalização urbanas.

- Ø Exercer, com maior efetividade, o programa de fiscalização e operação do trânsito urbano.
- Ø Intensificar o programa de treinamento para os operadores de transportes públicos.
- Ø Implantar um programa permanente de capacitação técnica voltado para servidores de órgãos públicos e empresas atuantes no setor de transporte.
- Ø Desenvolver, com maior eficiência, o controle sobre obras, serviços e eventos realizados em vias públicas.
- Ø Exercer maior controle sobre os pólos geradores de tráfego e estacionamentos em via pública.
- Ø Implantar um sistema de informações capaz de subsidiar as decisões sobre as intervenções governamentais na área de transporte e trânsito urbano, utilizando-se do geoprocessamento e outras tecnologias.
- Ø Implantar o controle semaforico central.
- Ø Implantar terminais de integração regional e estações de transbordo.
- Ø Implantar corredores e faixas exclusivas para o transporte público de passageiros.

Programa 09 - VALORIZANDO A CULTURA

Objetivo

Formular uma política cultural que preserve as manifestações e tradições culturais do município, valorizando e estimulando a produção artístico-cultural, disponibilizando os meios para garantir a democratização do acesso aos bens culturais, e que esteja integrada ao processo de desenvolvimento econômico, social e político do município.

Diretrizes

- v Fortalecer a identidade cultural do município.
- v Garantir a infra-estrutura necessária às atividades culturais comunitárias.
- v Descentralizar os serviços de promoção cultural.
- v Inserir as manifestações culturais do município como atrativo turístico.
- v Potencializar linhas culturais já consolidadas.
- v Realizar ações culturais nas escolas, articulando arte e educação.
- v Realizar um trabalho integrado de valorização da cultura, articulando os diversos segmentos da iniciativa pública e privada.

Estratégias

- Ø Ampliar as ações governamentais na área da cultura, mediante o aporte conveniente de recursos em projetos e atividades de real valor cultural e cuja gestão esteja comprometida com a eficiência na sua implementação e eficácia na sua atuação.
- Ø Mapear todas as manifestações culturais, reconhecendo o pluralismo e a diversidade cultural da comunidade, mas identificando aquelas que, por suas características e valor intelectual, merecem atenção da administração pública municipal.
- Ø Realizar atividades de arte-educação, com forte interação com a preservação do patrimônio histórico, com a cultura popular, com a história da arte e com a descoberta de novos talentos.

Programa 10 - CIDADE RECEPTIVA

Objetivo

Consolidar e ampliar a atividade turística no município como fator de desenvolvimento econômico gerador de emprego, de melhoria na distribuição da renda e de preservação da qualidade ambiental e do patrimônio histórico-cultural.

Diretrizes

- v Dinamizar o fluxo turístico doméstico e internacional.
- v Garantir um adequado padrão de qualidade na prestação de serviços ao turista.
- v Intensificar as ações de captação e estímulo aos investimentos privados para o setor turístico.
- v Preservar a qualidade ambiental e o patrimônio artístico-cultural como fatores de atração no mercado turístico.
- v Erradicar, através de campanhas e instrumentos disponíveis, o turismo sexual infanto-juvenil.
- v Desenvolver um amplo programa de captação de eventos para a cidade, fomentando o turismo de eventos.
- v Estimular o desenvolvimento de ações que contribuam para o incremento do turismo cultural.

Estratégias

- Ø Aprimorar os métodos de identificação e atração do turismo doméstico e internacional.
- Ø Implementar um permanente programa de formação da mão-de-obra necessária à atividade turística.
- Ø Fortalecer as manifestações artístico-culturais e, dessa forma, incrementar o turismo cultural.
- Ø Desenvolver a produção artesanal, geradora de ocupação e renda, através de um permanente trabalho de melhoria de sua qualidade, visando a sua valorização comercial.
- Ø Orientar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços ao turista, garantido um adequado padrão de qualidade.
- Ø Manter o turista informado sobre os atrativos e equipamentos disponíveis no município.
- Ø Manter um programa de divulgação e marketing das potencialidades turísticas do município junto ao segmento de investidores nacionais e estrangeiros.

- Ø Estabelecer como parâmetro orientador de planos, programas e projetos sob a responsabilidade da administração pública municipal, o seu impacto sobre o desenvolvimento da atividade turística.
- Ø Manter junto à população, particularmente entre fornecedores de produtos e prestadores de serviços, programas de educação continuada sobre o seu papel e a importância do desenvolvimento do turismo para o município.
- Ø Operacionalizar um adequado serviço de fiscalização, de forma a obrigar o cumprimento das normas estabelecidas para a manutenção da qualidade do meio ambiente.
- Ø Aperfeiçoar os mecanismos de controle da arrecadação dos impostos e taxas devidos na prestação de serviços aos turistas, como forma de aumentar a contribuição nos investimentos destinados ao desenvolvimento da atividade turística no município.
- Ø Estimular o turismo de eventos, procurando envolver todos os segmentos produtivos da sociedade, estabelecendo parceria com outros setores do poder público, com a iniciativa privada e organizações não governamentais.

Programa 11 - AMPLIANDO OPORTUNIDADES

Objetivo

Desenvolver ações, em articulação com os diversos setores produtivos da sociedade, que culminem com a criação de emprego e renda, atentando para uma relação de trabalho democrática, isenta de todas as formas de discriminação, contribuindo de forma decisiva no combate à fome, à violência e à miséria.

Diretrizes

- ✓ Estabelecer uma política de geração de emprego e renda que considere as vocações locais.
- ✓ Fomentar a criação de economias solidárias, através de um programa de apoio técnico e administrativo.
- ✓ Incentivar, no âmbito da administração pública municipal, a aquisição de produtos e contratação de serviços ofertados por grupos de economia solidária.
- ✓ Implantar um programa de incentivo ao trabalho formal do jovem.
- ✓ Incentivar a inovação tecnológica para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

Estratégias

- Ø Identificar as oportunidades do mercado de trabalho na cidade de Natal e nos municípios que compõem sua Região Metropolitana.
- Ø Implementar programas de assistência financeira, ampliando e facilitando o acesso ao crédito por parte do micro e pequeno empreendedor.
- Ø Ampliar os programas de qualificação e requalificação profissional.
- Ø Implantar programas de capacitação técnico-gerencial, visando à auto-sustentabilidade de pequenos e micro empreendimentos.
- Ø Implantar centrais, com autogestão, destinadas à intermediação entre a oferta e a demanda por serviços e profissionais.
- Ø Identificar cidadãos com habilidades, encaminhando-os para a capacitação profissional e/ou aperfeiçoamento, fornecendo-lhes certificação.
- Ø Realizar diagnóstico visando a identificação de nichos mercadológicos, o que possibilitará maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Programa 12 – ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA

Objetivo

Adequar a estrutura orgânica e funcional da Prefeitura Municipal, de forma a permitir maior eficiência, eficácia e efetividade das ações administrativas e programáticas, elevando a produtividade no uso dos recursos humanos, econômicos e financeiros, obedecendo aos princípios da intersetorialidade e interdisciplinaridade.

Diretrizes

- v Adotar uma política salarial que contribua para a atração, retenção e motivação das pessoas.
- v Capacitar o servidor público municipal, objetivando não só a sua qualificação profissional mas, também, a mudança comportamental, como forma de garantir a integração multidisciplinar e intersetorial.
- v Fomentar a socialização e ampliar os serviços assistenciais ao servidor público municipal.
- v Adequar a estrutura orgânica e funcional da Prefeitura Municipal, de forma a permitir maior eficiência e eficácia das ações administrativas e programáticas, elevando a produtividade no uso de seus recursos.
- v Adotar uma política de racionalização de energia nos prédios dos diversos órgãos municipais e da rede de iluminação pública que atenda o sistema viário e urbano, incluindo os semáforos e os monumentos públicos.
- v Atualizar junto à concessionária o cadastro das faturas de energia elétrica dos prédios públicos.
- v Adotar uma política de cooperação científica e tecnológica, visando à aproximação com diferentes agentes executores, essencialmente, órgãos dos governos federal e estadual, universidades, faculdades, centros de pesquisa e setor privado.

Estratégias

- Ø Implementar o plano de cargos, carreira e salários, contemplando o universo do quadro de servidores do município.
- Ø Implantar um sistema de informações geo-referenciadas no município.
- Ø Implementar um programa de formação continuada para os servidores, incluindo cursos destinados ao aperfeiçoamento do desempenho nas áreas administrativa e financeira, bem como em planejamento e gerenciamento de planos, programas e projetos.
- Ø Implementar o Plano Diretor de Informática do município.
- Ø Utilizar um adequado sistema de avaliação do desempenho funcional, de forma a estabelecer um programa de incentivos ao servidor municipal.

- Ø Promover a integração entre os diversos órgãos e entidades da administração pública municipal, de forma a detectar problemas e conhecer as aspirações setoriais.
- Ø Institucionalizar e operacionalizar o sistema municipal de planejamento, dotando-o de mecanismos de acompanhamento e avaliação, bem como de articulação intersetorial e com as comunidades, permitindo a elaboração e implementação de programas e projetos integrados e integradores, sempre que for necessária a complementação de ações multisetoriais para sua eficácia.
- Ø Elaborar um plano plurianual (PPA) que expresse as reais necessidades do município e contenha ações exeqüíveis.
- Ø Elaborar um orçamento que se constitua, de fato, na operacionalização do plano plurianual.
- Ø Elaborar uma programação financeira consistente, de forma a poder se estabelecer um cronograma de execução das ações previstas no plano plurianual e orçamentos anuais.
- Ø Promover o estudo crítico da estrutura orgânica e funcional da Prefeitura Municipal, identificando as possíveis distorções e omissões, permitindo, quando for o caso, a elaboração de uma proposta de modelo organo-funcional compatível com as necessidades e características da realidade municipal.
- Ø Fortalecer os mecanismos e instrumentos de participação da sociedade, representada por todos os seus segmentos, em decisões governamentais nas várias áreas de interesse da comunidade.
- Ø Implementar um sistema integrado de fiscalização objetivando a coibição de infrações urbanísticas e ambientais.
- Ø Formular e implementar um Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação condizente com os crescentes desafios de gestão eficaz da Região Metropolitana de Natal e de atendimento as demandas dos agentes sociais e econômicos locais.
- Ø Elaborar um Plano Municipal de Gestão Energética com a finalidade de controlar o desempenho e eficiência do uso da energia elétrica na iluminação pública e nos prédios públicos municipais.

Execução do Plano

O Plano Integrado de Ações Municipais, de acordo com seus fundamentos, extrapola os limites de um período administrativo. Propõe diretrizes de longo prazo para o município tendo como ponto de partida a consolidação de ações que se encontram em curso e que, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, se coadunam com os princípios da Cidade Saudável.

Com esse pressuposto, algumas condições tornam-se necessárias para o desenvolvimento dos programas previstos no Plano, a serem observadas através dos seguintes procedimentos:

- Incorporação dos Programas pelo Plano Plurianual - PPA

Este procedimento permitirá o trabalho da administração municipal em 12 grandes programas e a participação de várias secretarias em um mesmo programa, facilitando a integração das ações e o desenvolvimento do sistema de avaliação por programa, a ser implementado.

Observando o atual Plano Plurianual (2002-2005) e tomando-se como exemplo o que se define para os setores meio da administração (SEMAF, SEMUT, SEMPLA, CGM, SEGAP, PGM), eles encontram-se contemplados com sete programas: Sistema de Administração de Recursos Humanos, Sistema Fazendário, Sistema de Administração Tributária, Sistema de Planejamento, Sistema de Controle Orçamentário, Ação Social e Cidadania e Defesa do Município.

Com a implantação do procedimento proposto, as ações destes e de outros órgãos, desde que compatíveis, deverão compor o Programa Administração Integrada, com a definição dos projetos e atividades a serem implementados.

- Sistema de Acompanhamento e Avaliação

Compreende-se como ponto de partida para operacionalização do Plano Integrado de Ações Municipais o desenvolvimento de planos, programas e projetos que vêm sendo executados pela administração municipal compatíveis com a filosofia do Plano, com vistas à sua consolidação.

Isto caracteriza um primeiro momento de avaliação das ações, com o objetivo de compatibilizá-las com as diretrizes e estratégias dos programas propostos, passando a integrá-los.

Constituídos os 12 programas previstos no Plano, num segundo momento, suas ações serão avaliadas a partir de um sistema de avaliação por programa e projetos, a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica com a participação dos diversos órgãos municipais.

- Definição Compartilhada de Prioridades

Em função do princípio da intersetorialidade, propõe-se que a avaliação das ações em curso e a definição de novas ações e prioridades da administração municipal devam ser objeto de socialização e discussão em uma instância que reúna todos os titulares das secretarias e órgãos municipais. Com a implementação deste procedimento, espera-se desenvolver o processo de gestão compartilhada do Plano Integrado de Ações Municipais.

Face à existência do atual Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), presidido pelo Chefe do Executivo, propõe-se a ampliação deste Conselho incluindo em sua composição os titulares das diversas Secretarias Municipais.

Propõe-se que o direcionamento para a definição de prioridades tenha como princípio o atendimento às políticas públicas de inclusão social.

- Criação do Conselho da Cidade do Natal

Consolidando o que foi deliberado pela I Conferência da Cidade do Natal, convocada pela Prefeitura Municipal através do Decreto nº. 7.189, de 12 de junho de 2003, e realizada em agosto do mesmo ano, propõe-se a criação e implementação do Conselho Municipal da Cidade do Natal.

O Conselho Nacional das Cidades – Concidades, já constituído e com atribuições de incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento institucional de conselhos afetos à política de desenvolvimento urbano, recomenda a adoção de uma nova política urbana com a participação da sociedade, visando reverter o quadro de exclusão e desigualdade existente nas cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENDA 21 de Natal. Natal: 2004. Em vias de publicação.
- AGENDA 21 Nacional. Brasília.2003
- ATAIDE, Ruth. **Na trilha da recuperação e preservação ambiental de Natal:** Limites e possibilidades do Plano Diretor. Natal: CCHLA, UFRN, 1999. VII Semana de Humanidades.
- BARROSO, Arimá V. **Desenvolvimento humano em Natal: Estudo comparativo 1991 - 2000.** Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica - SEMPLA, 2003. Mimeo. Disponível também em: <http://www.natal.rn.gov.br/sempla/index.php> > Acesso em: abril/2003a.
- _____. **Mapeando a qualidade de vida em Natal.** Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica - SEMPLA, 2003. Mimeo. Disponível também em: <http://www.natal.rn.gov.br/sempla/index.php> > Acesso em: outubro/2003b.
- CARVALHO, Márcia. M. **Clima urbano e vegetação: Estudo analítico e prospectivo do Parque das Dunas em Natal.** Dissertação (Mestrado) – UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal/RN: 2001.
- NATAL 2015: bases referenciais para o planejamento estratégico da Região Metropolitana do Natal.** Natal (RN): Consórcio Natal 2015; Prefeitura Municipal do Natal, 2000.
- DETRAN/RN. **Relatório Estatístico.** Natal:2003.
- DIAS, N.C.; PEREIRA, N.C.B.; DIAS, P.L.F.; VIGINIO, J.F. **Manual de impactos ambientais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1999.
- DIEESE RN. **A radiografia do mercado de trabalho/** Produzido pelo DIEESE RN: DIEESE, 2002.
- FERRAZ, Sônia Terra. **Cidades saudáveis: uma urbanidade para 2000.** Brasília: Paralelo 15, 1999.
- FERREIRA, Ângela L.A. et al. Dois olhares, duas propostas e uma solução: contribuição para o estudo do meio ambiente urbano em Natal/RN. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6, Natal, 2000. **Anais...** Natal: PPGAU, 2000. CD-ROM 1.
- _____. **Uma cidade sã e bela:** A trajetória do saneamento de Natal entre 1850 e 1969. Natal: CAERN, 2003. (livro em vias de publicação).
- FRANÇA, Mardone C.. A cidade como palco da diversidade demográfica: o caso da cidade de Natal/RN. In: GENERAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION, XXIV, Salvador, 2001. **Anais...** Salvador: IUSSP. Seção Demografia Brasileira, 2001.
- _____. **Um olhar sobre Natal: tão bela e desigual.** Natal: 2003. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/sempla/index.php> > Acesso em: março de 2003.
- FUNCARTE. **Cultura e desenvolvimento sustentável:** regimento interno e documento base. Natal: Prefeitura Municipal do Natal. Fundação Cultural Capitania das Artes/FUNCARTE, 2004. Conferência Municipal de Cultura, 1ª.
- IBGE. **Censo Demográfico do Rio Grande do Norte 2000.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística/IBGE, 2001.
- IDEMA. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte 2000.** Natal: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte/IDEMA, 2000.
- _____. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte 2003.** Natal: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte/ IDEMA, 2003.
- INEP. **Censo Escolar.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br/censo/> > Acesso em maio/2004.
- LIMA, Pedro de. **Natal século XX:** do urbanismo ao planejamento urbano. Natal/RN: EDUFRN, 2001.
- NATAL(RN). Lei Complementar No. 07, de 07 de agosto de 1994. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado Rio Grande do Norte,** Poder Executivo, Natal, 07 de setembro de 1994. Caderno Especial.
- PORTAL de Informação em Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.** MCT, CNPq, IBICT. Sistema Prossiga nos Estados. Disponível em: <http://http://www.prossiganosestados.rn.gov.br/> > acesso em: julho de 2004.

PNUD Brasil. **Atlas do desenvolvimento humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/> > acesso em: março/2003.

SEBRAE/RN. **Perfil socioeconômico de Natal**. Natal: SEBRAE/SESC/SENAC, 2003.

SECTUR. **Planejamento Estratégico 2004/2007**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria Especial de Comércio, Indústria e Turismo/SECTUR, 2003.

SEMPLA. **A cidade em mapas**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica/SEMPLA. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/sempla/index.php> > Acesso em: junho/2003.

SEMURB. **Natal 2003: conheça melhor a nossa cidade Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo/ SEMURB, 2003.

SOUZA, Maria Bernardete C. de. **A Neurociência e o Rio Grande do Norte**. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/noticias/neurociencia.doc> > Acesso em: abril/2003.

STTU. **Transporte**. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/sttu/> > Acesso em: junho de 2004.

VIOLÊNCIA atinge mais os jovens. **Tribuna do Norte**, Natal, 08 de jun., 2004.

WESTPHAL, M. & MENDES, R. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, V. 34, n. 5, nov./dez., 2000.

XAVIER, Caco. Cidade Saudável: uma filosofia e uma idéia. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. **Tema Cidades Saudáveis**, Rio de Janeiro: Programa Radis, n. 19, p.3-5, maio, 2000.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTP. **Transporte humano** – Cidades com qualidade de vida. 2.ed. [S.L.] Associação Nacional de Transporte Público/ANTP, 1999.

ARSBAN. **Relatório da I Conferência Municipal de Saneamento Básico de Natal: saneamento, saúde e qualidade de vida**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Agência Reguladora de Saneamento Básico do Município do Natal/ARSBAN, 2003.

CARVALHO, José Alberto M. de. Processos Demográficos. Demografia e Mercado de Trabalho - Atualidades e Perspectivas. In: Renato Veras (Org.). **Ciclo de Estudos sobre Seguridade Social**. Brasília: ANFIP, vol. I, 1994.

CEPAL /UNESCO. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade**. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

PLANO Estratégico Natal Terceiro Milênio. Natal: Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte/ FIERN, 1999.

FNUAP. **Situação da População Mundial 1998**. Fundo das Nações Unidas para População. New York: FNUAP, 1999.

GREENHALGH, S. Por uma abordagem reflexiva para estudos de população para o século XXI. In: Maria Coleta Oliveira (Org.). **Demografia da exclusão social**. Campinas, SP: Unicamp; Nepo, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico do Rio Grande do Norte - 1980**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística, 1985.

_____. **Censo Demográfico do Rio Grande do Norte - 1991**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística, 1995.

_____. **Censo Demográfico do Rio Grande do Norte - 2000**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística, 2001.

_____. **Contagem Populacional-1996**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística, 1993.

IDEMA. **Relatório da Conferência Estadual de Meio Ambiente**. Natal: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte/IDEMA, 2003. Mimeo.

- KARRUZ, Ana Paula, KEINERT, Tânia M. M., KARRUZ, Silvia Maria. Sistema locais de informação e a gestão pública da qualidade de vida nas cidades. In: KEINERT, T. & KARRUZ, A.P. (orgs). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- MATUS, CARLOS. **Adeus, senhor presidente: governantes governados**. São Paulo: Fundap, 1996.
- MATUS, CARLOS. **Política, planejamento & governo**. Brasília: IPEA, 1993. (Serie IPEA, 143)
- MENDES, R. Qualidade de vida nas cidades: o movimento por cidades saudáveis. In: **Boletim Qualidade de Vida**. São Paulo: USP, CEPEA/FEALQ, v.3, n.26, Jul., 2001.
- MONTEIRO, Mário F. G. Aspectos demográficos da população idosa no Brasil. In: **Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. Rio de Janeiro: UnATI; Relume; Dumará, 1995.
- OLIVEIRA, M. C., e PINTO, L. G. Exclusão social e demografia: elementos para uma agenda. In: Maria Coleta Oliveira (Org.). **Demografia da exclusão social**. Campinas, SP: Unicamp, Nepo, 2001.
- NATAL(RN). **Relatório da I Conferência da Cidade do Natal; cidade para todos**. Natal Prefeitura Municipal do Natal, 2003.
- PUC-CAMPINAS. **Oficina cidades saudáveis**. Campinas/SP: 2000
- RIBEIRO, A. K., MELO, T. C. Aferindo qualidade de vida: a experiência de Curitiba. In: KEINERT, T. & KARRUZ, A.P. (orgs). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- SABATINI, F. Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino-americanas e o caso de Santiago do Chile. In: Maria Coleta Oliveira (Org.). **Demografia da exclusão social**. Campinas, SP: Unicamp; Nepo, 2001.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SEMPLA. **Contribuições dos técnicos dos diversos órgãos para o aperfeiçoamento do processo de planejamento estratégico da Prefeitura Municipal do Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica/SEMPLA, 2004.
- SEMTAS. **Plano Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social/SEMTAS, 2004.
- SME. **Plano Municipal de Educação: 2002-2005**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria Municipal de Educação/SME, 2002.
- SMS. **Plano Municipal de Saúde**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria Municipal de Saúde/SMS, 2003.
- _____. **Relatório da IV Conferência Municipal de Saúde de Natal: saúde um direito de todos e um dever do Estado**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria Municipal de Saúde/SMS, 2003.
- STTU. **Plano Diretor de Transporte Coletivo de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito Urbano/STTU, 1999.
- ULTRAMARI, C. Indicadores analíticos: um recurso de gestão e planejamento. In: KEINERT, T. & KARRUZ, A.P. (orgs). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- VON SPERLING, N.V. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgoto**. 2ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/DESA; Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

Equipe de Elaboração do Plano

Prefeitura Municipal do Natal

Secretaria do Gabinete do Prefeito - SEGAP

Márcio Guedes Miranda

Controladoria Geral do Município - CGM

Elizabeth Queiroz de Souza

Procuradoria Geral do Município - PGM

Luciana Ferreira do Nascimento

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Finanças - SEMAF

João Felipe da Trindade – Secretário

José Eduardo de Almeida Moura - Secretário Adjunto

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica - SEMPLA

Arimá Viana Barroso

Francisco Eduardo da Costa Junior

Francisco Maximiano Bezerra

Geraldo dos Santos Queiroz - Secretário

Giovanni Araújo

José Wilton Pinheiro Galvão

Luiz Wilson Vilar Ramalho Cavalcanti

Rose Aimée Araújo Barros Xavier

Virgínia Maria Dantas de Araújo - Secretário Adjunto

Ziltamir S. Soares de Maria

Secretaria Municipal de Tributação - SEMUT

Manoel Ronaldo Dantas

Secretaria Municipal de Educação – SME

Auriberto Nias de Araújo

Erinalda do Nascimento Galvão

Justina Iva de Araújo Silva - Secretário

Lúcia de Fátima de Oliveira Marques

Maria Tereza de Moraes

Miriam Araújo

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Ion Garcia Mascarenhas de Andrade - Secretário Adjunto

Maria Aparecida de França Gomes – Secretário

Maria Conceição Bezerra de Almeida

Mariza Sandra Souza de Araújo

Mary Lúcia Bruno da Mota

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário - SMDC

Mara Rúbia Costa Negreiros

Yalana Kilse Chaves Paulino da Nóbrega

Secretaria Especial de Comércio, Indústria e Turismo - SECTUR

Marcelo Barreto China

Melania Manso

Roosenez de Carvalho Teixeira

Rosângela Maria de Holanda Angelim Nogueira

Ruth Helena Mallem M. de Souza - Secretário Adjunto

Vilma Queiroz Sampaio Fernandes de Oliveira - Secretário

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

Andréa Ramalho Pereira de Araújo Alves - Secretário
Carlos Roberto de Moraes e Silva
Cléa Maria Galvão Bacurau
Enilce Dias Leão Barbalho
Ilzamar Silva Pereira
Ivone Cristina Azevedo Varela
Maria Albaniza da Silva - Secretário Adjunto
Maria Gilma Amaral de Farias Modesto
Miguel Gregório Neto

Secretaria Municipal de Transporte e Transito Urbano - STTU

Fátima Arruda Câmara
Lúcia Rejane de Almeida Xavier - Secretário Adjunto

Fundação Cultural Capitania das Artes - FUNCARTE

Ana Maria Castro da Silva

Secretaria Municipal de Obras e Viação - SEMOV

Raíssa Andréa de Araújo Cabral

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSUR

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva
Ana Suzan Alves

Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Ana Miriam Machado da Silva Freitas - Secretário
Maria Floresia Pessoa de Souza e Silva
Vânia Mendes de Farias

Secretaria Especial de Esporte e Lazer - SEL

Tertuliano Cabral Pinheiro - Secretário

Companhia de Serviços Urbanos de Natal - URBANA

Ivanilde Ramos da Silva
Josivan Cardoso Moreno
Maria Auxiliadora Souto
Maria Gorete Pereira
Sérgio Bezerra Pinheiro - Presidente

Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Natal - ARSBAN

José Ivam Pinheiro
Juliana Maria Duarte Ubarana
Manoel Bezerra de Medeiros Neto
Urbano Medeiros Lima - Diretor-Presidente

Outras Instituições

AGENDA 21

Dione Maria Freitas
Marjorie Medeiros

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Soraya Freitas

Caixa Econômica Federal - CEF

Albert Josué Neto

Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Rosa de Fátima Soares de Souza

Parlamento Comum da Região Metropolitana de Natal

George Luiz Rocha da Câmara

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Hélmani de Souza Rocha

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

João Matos Filho

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha

Pedro Antônio de Lima Santos

Universidade Potiguar - UNP

Estevão Antônio Lúcio dos Santos